



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 629 - DE 21 DE FEVEREIRO A 7 DE MARÇO DE 2021 - R\$ 4,00

Multinacional norte-americana impõe as condições de fechamento da Ford

Direções sindicais se curvam

**Viva a luta pela ocupação das fábricas, controle
operário da produção, expropriação e estatização
sem indenização dos monopólios!**

**Lutemos para que as centrais e sindicatos
organizem um movimento de frente única
contra o fechamento de fábricas, pelos
empregos e salários.**

**102 anos da fundação
da III Internacional**



**Que das cinzas do capitalismo, se erga
a sociedade sem classes, comunista!**



A crise política não impede Bolsonaro de ir adiante com as contrarreformas

É preciso romper e superar a política de conciliação de classes

O fato mais recente que estremeceu as relações institucionais foi a prisão do deputado ultradireitista Daniel Silveira (PSL). Não havia como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) permanecerem passivos, diante da exortação do mais radical dos bolsonaristas às Forças Armadas, para que reeditassem o AI-5 da ditadura militar, e assim fechassem a Corte. No entanto, o que mais moveu o ministro Alexandre de Moraes foram as acusações de corrupção entre os membros do STF.

Silveira pediu para que se quebrassem os sigilos bancários de alguns ministros, entre eles o de Moraes. Veio à baila a adormecida denúncia, lançada pelo ex-parlamentar e presidente do PTB, Roberto Jefferson, de que Moraes esteve vinculado, quando advogado, ao PCC. Jefferson foi condenado por injúria a pagar uma multa. Velhas feridas dos conflitos entre figuras da política burguesa vieram à tona.

A prisão de Silveira desencadeou a discussão sobre a liberdade de expressão e a inviolabilidade do mandato parlamentar. As hostes de Bolsonaro procuraram um acordo, que não deixasse de punir o deputado, mas que não se fosse tão longe como a prisão. De fato, pelas garantias de imunidade parlamentar, o STF não poderia prendê-lo, uma vez que Silveira exerceu o direito de expressão, conferido pelas próprias leis burguesas. Os novos presidentes do Senado e da Câmara Federal se viram diante do dilema de agirem contra a unânime decisão da Suprema Corte ou acatá-la, mesmo que violando a imunidade parlamentar. A melhor solução seria a de evitar um choque entre os poderes, principalmente nas condições da crise sanitária e econômica.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, interferiu para jogar água na fervura. Bolsonaro prepara uma nova ofensiva contra os explorados. O capital financeiro acabou de realizar seu propósito de dar “autonomia ao Banco Central”. A gigantesca dívida pública tem de continuar a imperar sobre a política monetária. No fundamental, significa diminuir ao máximo a interferência do governo e do Congresso Nacional sobre a administração da dívida e dos juros, arcando com as contundentes medidas fiscais.

O objetivo central de Bolsonaro e da maioria do Congresso Nacional é o de avançar com a reforma trabalhista, aprovando a reforma administrativa, e impulsionar as privatizações. A oposição burguesa permanece agarrada à indisposição, à imperícia e ao “negacionismo” do governo diante da pandemia. Agora, não se trata mais da política burguesa do isolamento social, mas do Plano Nacional de Imunização. A tragédia do Amazonas deu armas à oposição. Tudo indica que Bolsonaro

conseguiu se esquivar, colocando a inteira responsabilidade no ministro-general Pazzuelo. Bolsonaro jogou com o decreto do armamento, calculando que esse é o melhor momento, uma vez que a oposição burguesa se mantém em quarentena, e não se dispõe a mobilizar setores da classe média às ruas.

Inúmeros pedidos de impeachment permanecem engavetados. A derrota da oposição na eleição da presidência do Senado e da Câmara evidenciou que a bandeira do impeachment não ameaça de fato Bolsonaro. Não passa de propaganda oposicionista, que serve à preparação para as eleições presidenciais de 2022, e desviar a atenção das massas dos seus reais problemas.

A CUT, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo – dirigidos pelo PT e PSOL, circundadas pelas correntes de esquerda –, organizam as carreatas da burocracia sindical e do ativismo pequeno-burguês para pedir o “impeachment e vacina para todos”. Essa forma típica da política burguesa é aconselhada pelas direções sindicais, como meio de difundir a propaganda política que se realiza nos meios virtuais.

Tamanho distracionismo expõe a impotência da oposição burocrática e reformista, diante do governo militarista e fascizante de Bolsonaro, bem como a subserviência ao Congresso Nacional. As necessidades mais elementares da classe operária e dos demais explorados têm sido marginalizadas pelos sindicatos, centrais e movimentos. A onda de demissões, o crescimento do desemprego e o recrudescimento da miséria não passam de motivos estatísticos e de hipócritas reclamações contra o aumento das “desigualdades sociais”. As direções fecharam as portas dos sindicatos, e correram a reclamar do governo nas redes sociais, e, quando muito, a promover carreatas e panelaços.

Não há maior sintoma de apodrecimento da burocracia, dos partidos reformistas e centristas de esquerda, que a atitude de ignorar o fechamento da Ford. Não se fez absolutamente nada contra o capital multinacional. A não ser em palavras, mostrar que a montadora se beneficiou do Estado, do País e dos operários, para depois fechar as portas e jogar milhares no desemprego. Essa miserável posição das direções – do PT, PCdoB, das Centrais, da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo – é responsável, tanto pelo desarme da classe operária, como pela preservação do governo Bolsonaro, que vive se decompondo e recompondo. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de organizar a luta por uma frente única, que mobilize os explorados em defesa de seu programa de reivindicações e estratégia própria de poder.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

COMPLÔ DO JUIZ SÉRGIO MORO E PROCURADORES PARA CAÇAR LULA

Desde que o site The Intercept Brasil divulgou, em junho de 2019, as conversas de Moro com procuradores, vazadas por hackers, ficou comprovado que se havia armado um complô para prender Lula, independente da ausência de provas. O pedido de anulação da sentença, no entanto, permaneceu na gaveta do Supremo Tribunal Federal (STF), por mais de um ano e meio. Em novembro de 2019, Lula deixou a prisão. Foi um claro reconhecimento de que houve arbitrariedade da Operação Lava Jato. Agora, o STF liberou parte das conversas gravadas. O que permite a retomada do pedido de anulação da condenação.

Em uma das passagens divulgadas, a procuradora Carolina Rezende diz: “É preciso atingir Lula na cabeça”. Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e outros procuradores tramaram uma forma de ajustar as delações premiadas, para dar aparência de comprovação de crime no caso do Triplex, uma vez que não havia nenhuma documentação ou fato que indicassem a aquisição do apartamento. Esse enredo, montado nos porões da Lava Jato, se desenrolou sob a ditadura civil de Temer, cujas denúncias de corrupção eram demonstradas ao vivo, por meio de gravações divulgadas aos quatro ventos.

Lula foi preso como parte do golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff e desbaratou o PT, que até hoje se esforça para se recompor. Recomposição que muito depende da anulação da condenação de Lula. Esse é o preço que Lula e o PT pagaram e estão pagando, por assumirem plenamente os fundamentos da política burguesa de manutenção da propriedade privada dos meios de produção, e a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Foram partícipes e vítimas da democracia burguesa oligárquica.

Moro se tornou ministro de Bolsonaro. O escândalo das revelações do The Intercept se dissolveu. Moro abandonou o cargo de ministro da Justiça, e abriu um flanco de conflito com Bolsonaro, que tem seus filhos implicados com a corrupção e milícias do Rio de Janeiro. Mudaram as relações políticas. Aflorou o caso do complô Moro-Dallagnol. O presidente da República quer saber como foi que o Coaf vazou informações, que demonstraram os crimes de Flávio Bolsonaro. A Operação Lava Jato acabou sendo extinta, a mando do Procurador Geral da República, homem de Bolsonaro.

Nesse quadro, cresce a esperança do PT, de obter os direitos políticos de Lula. Em um livro recém-publicado, o general Eduardo Villas Bôas revela que seu ultimato ao STF, em abril de 2018, para que os ministros não julgassem em favor do habeas corpus de Lula, resultou de uma posição do Alto Comando. O relator Edson Fachin e o plenário do Supremo julgaram o habeas corpus sob a ameaça dos generais. Esse foi mais um episódio do complô contra o PT e Lula.

Villas Boas era comandante do Exército no governo de Dilma, quando ocorreu o golpe de Estado. Permaneceu no governo de Temer, quando o Congresso Nacional negou a denúncia de flagrante corrupção do presidente preposto. Os generais sabem perfeitamente o quanto o clã dos Bolsonaros está metido em falcatruas, e envolvidos com as milícias. A hipocrisia e o

cinismo são parte da política burguesa, e fluem nas entranhas das instituições do Estado. O ministro Fachin, que foi duro contra o habeas corpus de Lula, e o plenário do STF que o acompanhou, agora, diz que é “intolerável” a pressão não jurídica sobre o Poder Judiciário. Mas o fato é que julgaram o habeas corpus sob pressão das armas. Essa claudicação também fez parte do complô para prender e manter preso o ex-presidente Lula, sem provas.

As revelações do The Intercept varreram definitivamente as vestimentas e os paramentos de legitimidade do impeachment de Dilma Rousseff e de neutralidade da Operação Lava Jato. O golpe de Estado e a Operação Lava Jato se entrelaçam, envolvendo as grandes figuras da política burguesa e as instituições de Estado. Eis por que o general Villas Bôas, no momento em que se desvendava a farsa montada em Curitiba, fez a “recomendação” de manter Lula na prisão.

O PT concluiu a experiência com os explorados, revelando a impostura do reformismo que, como tal, serve aos interesses da burguesia e, em particular, do grande capital.

Essa parte da história, após o fim da ditadura militar, deve ser bem esclarecida. A “democratização” tão somente afastou temporariamente os generais do comando direto do Estado. O impeachment de Dilma ocorreu na situação em que a crise econômica e política abriam caminho para os militares mostrarem que, no fundamental, nada mudou com a finalização do ciclo de governos militares, iniciado em 1964, e concluído em 1985. O golpe institucional de 2016 pôs os generais, entre eles Villas Bôas, na condição de garantidores de sua efetividade. O PT concluiu a experiência com os explorados, revelando a impostura do reformismo que, como tal, serve aos interesses da burguesia e, em particular, do grande capital. E revelando também a impotência diante do golpe de Estado e do complô montado para condenar, prender e cassar os direitos políticos de Lula.

A completa revelação das maquinações de Moro-Dallagnol, a demonstração que o STF fez parte dessa imensa sujeira, e a exposição das Forças Armadas com o movimento antidemocrático, não mudarão muito a situação do PT e de Lula diante dos explorados. A importância está em que evidencia as teses marxistas do POR, de que o programa reformista de democratizar o Estado, promover a participação popular e implantar um plano econômico de desenvolvimento sustentável, gerador de empregos e distribuidor de renda, concluiria de joelhos diante da democracia oligárquica, do grande capital e do imperialismo. A construção do partido que tem como programa a revolução e ditadura proletárias teve e tem de passar pela experiência do reformismo petista. O que obriga a vanguarda a lutar contra qualquer que seja a medida e a ação antidemocrática e ditatorial desfechadas pela burguesia, seus governos e instituições contra o PT e Lula.

Se as direções sindicais continuarem com a política conciliadora, a Ford acabará impondo suas condições

15 de fevereiro de 2021

Há um mês que os metalúrgicos das fábricas de Camaçari e Taubaté mantêm a vigília, para que o maquinário não seja retirado. O mesmo não se passa na fábrica de Horizonte, porque os metalúrgicos estão trabalhando, tendo garantido os empregos até dezembro, data estipulada para o encerramento da produção do jeep Troller.

A montadora norte-americana reservou um fundo de indenização para fornecedores, concessionárias e trabalhadores. A parcela destinada aos capitalistas assegurará o cumprimento de acordos comerciais. A dos trabalhadores indenizará as demissões. Os capitalistas continuarão com suas atividades e seus lucros. E os trabalhadores arcarão com o desemprego, muitos deles terão de recorrer ao subemprego. Eis por que os sindicatos deveriam se unir e organizar um só movimento contra o fechamento da Ford e a rejeição das indenizações.

A ocupação das fábricas e a bandeira de estatização sem indenização obrigariam as centrais sindicais a terem um posicionamento contra ou a favor, ainda que inicialmente em palavras. Os parlamentares que se dizem favoráveis à nacionalização, em palavras, se deparariam com a luta concreta pela estatização. Abriria no Congresso Nacional a discussão sobre a ocupação e a estatização. E os governantes teriam de condenar a ocupação – certamente fariam isso, uma vez que suas políticas dependem da defesa da propriedade privada dos meios de produção.

Uma posição clara e firme pelo não fechamento da empresa obrigaria as direções sindicais a travarem uma luta política em várias frentes: 1) contra a medida de fechamento da Ford; 2) contra a passividade das centrais sindicais; 3) contra as manobras diversionistas de parlamentares; 4) contra o acobertamento da multinacional por parte dos governantes. Essas frentes são distintas. Quanto às centrais sindicais, os três sindicatos unidos deveriam exigir uma mobilização nacional, organizando a luta operária e popular em defesa dos empregos. Quanto aos parlamentares, que se dizem solidários com os metalúrgicos, a exigência seria a de que utilizassem o parlamento para denunciar o saque realizado pela montadora e o ataque à classe operária e à economia nacional, com o fechamento de suas fábricas. Quanto aos governadores e governo federal, cabia aos sindicatos exigir que acatassem as reivindicações do movimento. Para isso, os três sindicatos unidos teriam de levantar a bandeira que corresponde ao não fechamento, que é a da expropriação e estatização da Ford sem indenização. Se a matriz decidiu abandonar o país, que não leve consigo a propriedade privada dos meios de produção. Será nacionalizada, por meio da estatização.

Não há como travar um combate tão frontal ao capital imperialista, sem que a classe operária se mobilize local, regional e

nacionalmente. A primeira atitude de confronto seria a de ocupação das fábricas da Ford, assim que os operários e sindicatos receberam a notificação do fechamento. Essa medida estava à altura do ataque frontal da Ford aos empregos e à economia nacional. Dependia, no entanto, de uma direção classista, que como tal não teria nenhum vínculo de subordinação à multinacional e não temesse violar o direito burguês de propriedade. Na ausência dessa direção, os operários não puderam expor sua disposição de luta, sua coesão e sua consciência de classe. Acataram passivamente a orientação de deixar a fábrica e externamente instalar a vigília.

A errônea orientação e a passividade dos operários permitiram que a Ford ficasse livre, para impor o curso das negociações, objetivando as indenizações. A ocupação das fábricas e a bandeira de estatização sem indenização obrigariam as centrais sindicais a terem um posicionamento contra ou a favor, ainda que inicialmente em palavras. Os parlamentares que se dizem favoráveis à nacionalização, em palavras, se deparariam com a luta concreta pela estatização. Abriria no Congresso Nacional a discussão sobre a ocupação e a estatização. E os governantes teriam de condenar a ocupação – certamente fariam isso, uma vez que suas políticas dependem da defesa da propriedade privada dos meios de produção.

O fato dos três sindicatos serem dirigidos por três centrais, que se rivalizam (CUT, CTB e Força Sindical) na disputa aparelhista, impediu que o movimento tivesse um só comando, resposta e campanha. O sindicato de Camaçari (CTB/PCdoB) assumiu claramente a posição de negociar a indenização, nas palavras de seu presidente, Júlio Bonfim, “*dar uma reparação financeira aos trabalhadores*”. O sindicato de Taubaté (CUT/PT), em discurso, se colocou pela “*reversão das demissões*”, mas nos fatos tem sido empurrado para negociar a indenização. O sindicato de Horizonte (Força Sindical/Solidariedade), simplesmente aguarda o desfecho. Essa fragmentação, fruto do divisionismo burocrático e da política de conciliação de classes, serviu aos interesses da multinacional durante anos e, agora, se mostra ainda mais perniciosa diante da necessidade de impedir o fechamento das fábricas.

As direções sindicais auxiliaram a montadora a impor aos operários as medidas de demissão (PDV) e redução salarial, sob o argumento de que assim a Ford continuaria suas atividades no Brasil. Somente em Taubaté, a planta de motores chegou a ter 2.300 operários na linha de montagem, caindo para 830 empregos diretos. A política de colaboração com as multinacionais – em particular com a Ford –, durante anos a fio, desarmou organizativa, ideológica e politicamente a classe operária. É o que explica o esmagamento das tendências instintivas de revolta do proletariado e a atitude passiva diante da violenta medida de fechamento das fábricas e demissão em massa. Explica, também, a impotência das direções em mobilizar os demitidos e impulsionar um movimento geral de defesa dos empregos. Não podendo se apoiar na própria capacidade de luta da classe operária, os burocratas se veem na dependência de parlamentares, governadores e prefeitos. As-

sim, reforçam a ilusão de que haverá um desfecho favorável aos metalúrgicos. Os politiquinhos da burguesia jogam com a moeda da transferência da Ford para outra empresa. Dizem que confabulam com países, que possam ter interesse na aquisição da Ford. Oferecem as mesmas vantagens fiscais. Essa conduta não faz senão expor o servilismo dos governantes ao capital imperialista. Parlamentares do PT e PCdoB, principalmente, vestiram a casaca da nacionalização da empresa, apenas para ter um discurso choroso. Nada disso teve qualquer reflexo na decisão da multinacional.

Enquanto isso, corre na Justiça do Trabalho o velho trâmite das liminares. No dia 5 de fevereiro, as direções se mostraram exultantes, pelo fato de terem obtido, na Bahia e em São Paulo, a liminar contra demissões durante o período em que transcorrem as negociações. No dia 12, a mesma Justiça do Trabalho derrubou a liminar e deu causa à Ford. Bastou que alegasse a existência de uma “greve ilegal”. O absurdo é visível. A empresa, que trancou os portões e colocou os operários na rua, decretando o seu fechamento, depois descobriu que precisava de mais um mês de produção, para cumprir seus contratos com o mercado, então, reconvocou um grupo dos demitidos para trabalhar. As assembleias de Camaçari e Taubaté aprovaram o não acatamento, como medida de defesa do movimento. Com o fechamento, a Ford descumpria um acordo de estabilidade, que vence em Taubaté no final de dezembro. No caso de Camaçari, o sindicato negociou um acordo de estabilidade que vence em 2024, atendendo à exigência da Ford de aceitação de demissões por meio do PDV. A justitativa de ilegalidade da greve não é apenas um atentado ao direito de greve (praticamente inexistente no Brasil), mas também à inteligência de qualquer pessoa de boa fé. No entanto, os juizes da burguesia atenderam aos interesses da montadora, fazendo o jogo de aprovação e reprovação das liminares.

A Justiça do Trabalho é um dos instrumentos utilizados pelo Estado para garantir a vontade dos capitalistas. Ainda assim essa justiça foi desmontada, como parte da reforma trabalhista e liquidação da CLT. As direções dos sindicatos sabem muito bem que, se já era ruim a Justiça do Trabalho, piorou ainda mais, por isso não se podia e não se pode colocar os interesses da classe operária nas mãos dos juizes da burguesia. Mesmo assim, alimentam a ilusão nos metalúrgicos demitidos de que é possível ter ao seu lado o Ministério Público do Trabalho e contar com a justeza das decisões judiciais. Essa conduta tão leviana, à luz dos fatos e da razão, resulta da política de conciliação de classes e do servilismo da burocracia ao grande capital. Não podendo se apoiar inteiramente nos interesses e na luta coletiva da classe operária, as direções têm de recorrer e se pendurar na Justiça e na política burguesa parlamentar. O que conduz à traição. Os metalúrgicos da Ford, a classe operária e demais explorados estão diante de



***Os metalúrgicos da Ford,
a classe operária e demais
explorados estão diante de uma
das mais vergonhosas traições
dos últimos tempos à luta contra
as demissões e o desemprego.
Ao negociarem as indenizações,
as direções capitulam frente à
multinacional e ao imperialismo.
Traem não só as necessidades
da classe operária como os
interesses nacionais.***

uma das mais vergonhosas traições dos últimos tempos à luta contra as demissões e o desemprego. Ao negociarem as indenizações, as direções capitulam frente à multinacional e ao imperialismo. Traem não só as necessidades da classe operária como os interesses nacionais.

No transcurso de mais de um mês do anúncio do fechamento da Ford, duas linhas antagônicas estiveram objetivamente presentes: 1) a de aceitar o fechamento e obter em troca uma indenização; 2) não aceitar o fechamento e organizar a luta local, regional e nacional. A primeira, depende da Justiça do Trabalho. A segunda, dependia já de início de ocupar a fábrica, estabelecer o controle operário e erguer a bandeira de estatização sem indenização. Dizemos dependia, porque a burocracia conseguiu esmagar o instinto de revolta dos demitidos, como parte do esmagamento geral do instinto de revolta da classe operária, que vem sendo imposto pela política de conciliação de classes. O pedido da Ford para que um grupo de operários volte ao trabalho pode ser utilizado para organizar a ocupação, ainda que tardiamente e correndo o risco de estar contra o tempo. A decisão de não acatar não ajuda em nada a luta, uma vez que funciona apenas como pressão para a Ford negociar as indenizações, agora colocadas nas mãos da Justiça do Trabalho. Não se deve considerar a luta encerrada, até que o acordo seja concluído. Mas é preciso ter claro que a oportunidade de voltar à fábrica e ocupá-la talvez seja a última possibilidade que resta para evitar a traição e a derrota.

A vanguarda com consciência de classe – o Boletim Nossa Classe tem sido o seu porta-voz – tem o dever de manter o combate pela ocupação, controle operário, estatização sem indenização, convocação de assembleias gerais e organização pelas centrais de um movimento nacional contra as demissões e pelos empregos.

***Não ao fechamento da Ford! Não à destruição
de postos de trabalho! Não às demissões! Não
ao desemprego! Não à pobreza e miséria!***

***Sim à ocupação da fábrica! Sim ao controle
operário da produção! Sim à estatização sem
indenização! Sim à convocação das assembleias
gerais! Sim à organização de um movimento
nacional pelos empregos e salários!***

Abuso sem limites da Ford

Com a volta ao trabalho, ocupar as fábricas

17 de fevereiro de 2021



A volta ao trabalho somente tem sentido, se for para ocupar as fábricas, estabelecer o controle operário da produção, e levantar a bandeira da estatização sem indenização.

A Ford comunicou, no dia 11 de janeiro, que encerraria suas atividades no Brasil, e que estava realizando uma reestruturação na América do Sul. Os portões das fábricas foram fechados. Os sindicatos de Camaçari e Taubaté organizaram uma vigília de 24 horas, com o objetivo de não permitir a retirada do maquinário, e para manter a denúncia da violenta medida. A multinacional apresentou um fundo de US\$ 4,1 bilhões para indenizar fornecedores, concessionárias e trabalhadores. No caso da planta do município de Horizonte/CE, determinou o fechamento em dezembro. A decisão passou por cima do acordo de estabilidade, obtido pelos sindicatos em contrapartida às concessões, como as demissões por meio de PDVs, e redução de salários. No transcurso de um mês, a multinacional norte-americana só fez pressionar os sindicatos para que se sujeitassem à indenização, calculada segundo o critério de interesse da empresa. Está aí, portanto, bem definido o fechamento das fábricas.

O conflito acabou sendo canalizado para a Justiça do Trabalho, por iniciativa dos sindicatos, para que não se efetuassem as demissões, enquanto não se chegasse a um acordo. Um dos juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, na Bahia, deu causa ao sindicato de Camaçari. O mesmo veio a ocorrer no estado de São Paulo – a juíza da 2ª Vara do Trabalho de Taubaté atendeu o pedido do sindicato. A Ford recorreu, e um desembargador do TRT-5 decidiu que a Ford tem o direito de demitir, independente das negociações coletivas. Ocorre que a montadora reconheceu que precisava do retorno de um grupo de metalúrgicos, para produzir peças de reposição, e cumprir seus compromissos com o mercado. As assembleias de ambos os sindicatos deliberaram que nenhum trabalhador atenderia ao chamado da empresa. Com a vitória na Justiça do Trabalho, a Ford fez a denúncia de que se tratava de uma greve ilegal. A diferença é que passou a convocar todos os operários.

A direção dos sindicatos decidiu mudar de posição e acatar a convocação da montadora. O presidente do sindicato de Camaçari, Júlio Bonfim, justificou a revogação da decisão anterior, com o

seguinte argumento: “O sindicato sempre cumpre as ordens judiciais, se é para retornar, vamos retornar”. O sindicato de Taubaté seguiu a mesma linha. Espera-se que o Tribunal da Justiça do Trabalho venha a acertar um acordo, que estabeleça a quantidade de operários que irá produzir as peças de reposição. O que indica que vai prevalecer a necessidade original da Ford. A direção de Camaçari se contentou em ter a possibilidade de negociar o retorno ao trabalho. A solução dessa pendência só está indicando que a Ford administra as condições finais de encerramento de suas atividades. Dentro de algumas semanas, as peças de reposição serão entregues ao mercado, e um acordo de indenização terá sido ministrado pela justiça patronal.

A volta ao trabalho somente tem sentido, se for para ocupar as fábricas, estabelecer o controle operário da produção, e levantar a bandeira da estatização sem indenização.

Essa é a posição defendida pelo Boletim Nossa Classe, desde o início da luta dos metalúrgicos contra o fechamento da Ford. As direções sindicais caminharam no sentido contrário. Aceitaram a evacuação das fábricas, e passaram a fazer pressões parlamentares e judiciais, objetivando um acordo de indenização negociado. As centrais sindicais – CUT, CTB e Força Sindical –, cujos sindicatos a elas estão filiados, não mexeram uma palha para organizar um movimento centralizado contra o fechamento. No lugar de organizar a resistência em todo o país, passaram a fazer proselitismo, em torno à discussão sobre a desindustrialização e a ausência de uma política nacional de desenvolvimento industrial.

Porta-vozes da CUT chegaram a se referir à nacionalização da Ford, buscando amparo na Constituição, nas leis internacionais do trabalho e nos direitos humanos. Assim, expuseram a impostura do reformismo, e a sua impotência diante do capital monopolista. A expropriação e estatização da Ford somente pode ser levada adiante com a luta organizada do proletariado, que não se atém à propriedade privada dos meios de produção, à Constituição e às leis burguesas. O problema está em que carece de uma direção classista e revolucionária. As direções sindicais, burocratizadas e vinculadas à impotência do reformismo, impossibilitaram que os operários da Ford dessem um passo nesse sentido. A impostura se evidencia diante de uma central que fala em nacionalização, e de direções sindicais que negociam as indenizações. Não se trata de uma simples incoerência, mas de duas faces da política de conciliação de classes, desenvolvida e consolidada nas últimas décadas. A justificativa de Bonfim de que o sindicato acata a decisão da Justiça do Trabalho dá a dimensão precisa da subserviência às leis da burguesia, cujo fundamento é o de proteger a propriedade privada dos meios de produção, e condenar a luta de classes dos explorados contra os exploradores.

A volta ao trabalho sem ocupar as fábricas resultará em finalização do fechamento da Ford, sob as condições ditadas pela multinacional e pela Justiça do Trabalho. Desgraçadamente, a desorganização da classe operária e o seu rígido controle pelas di-

reções burocráticas impediram que o instinto de revolta aflorasse e se chocasse com a diretriz capituladora das direções. Situação que também expõe a ausência de uma fração revolucionária estruturada no seio do proletariado. Na ausência da fração classista, se torna infinitamente mais difícil que o destacamento operário descontente com a política da burocracia sindical se rebelasse nas assembleias, e evite a liquidação do débil movimento de resistência ao fechamento das fábricas.

Tudo indica que o retorno provisório ao trabalho é uma oportunidade ímpar para se realizar uma mudança de orientação. Não estando fora da fábrica, os metalúrgicos retomam o seu lugar na produção social, podendo lutar pelo não fechamento com a fábrica ocupada. Para isso, no entanto, teriam de romper com a direção, que está levando a resistência para as indenizações. A Ford está tranquila quanto a isso, sabendo que conseguiu, durante anos, manter as direções sindicais subordinadas a seus interesses. Conta justamente com a política sindical que acata a Justiça do Trabalho como árbitro do choque entre capital e trabalho.

Salta à vista a adaptação do sindicalismo de esquerda – CSP-Conlutas –, que se ateve em palavras à bandeira da estatização da Ford, negando-se a orientar o combate para a ocupação da fábrica e seu controle operário. Essa inércia contribuiu para que não desencadeassem atritos, conflitos e cisões em torno à condução dada pelas direções dos sindicatos de Camaçari, Taubaté e Horizonte. Uma intervenção classista da Conlutas, sem dúvida, potencializaria a defesa da estatização, assentada na ocupação e controle operário

da produção.

O tempo é muito importante na luta de classes. Ao se desperdiçar a melhor oportunidade de ocupar as fábricas, no momento em que a Ford anunciou o encerramento de suas atividades no país, os sindicatos e movimento de resistência refletiram a debilidade fatal para a vitória contra o fechamento. No momento em que

***O tempo é muito importante na luta de classes.
Ao se desperdiçar a melhor oportunidade de ocupar
as fábricas, no momento em que a Ford anunciou
o encerramento de suas atividades no país, os
sindicatos e movimento de resistência refletiram a
debilidade fatal para a vitória contra o fechamento.***

a Ford impõe judicialmente o retorno ao trabalho, e as direções acatam, esperando obter uma melhor posição nas negociações em torno às indenizações, é dado o passo definitivo da derrota. Se, em 11 de janeiro, a ocupação era decisiva para organizar um amplo movimento contra o fechamento da Ford, agora, a ocupação é o último trunfo dos metalúrgicos para evitar a derrota iminente.

O Boletim Nossa Classe nunca deixou de travar o combate pela vitória dos metalúrgicos e da classe operária. De maneira que defende junto aos metalúrgicos e sindicatos que não desperdicem a oportunidade de ocupar as fábricas, e abrir caminho para a bandeira da estatização sem indenização da Ford.

Manifesto POR

A Ford impõe suas condições Sindicatos acatam, indicando o fim da resistência

19 de fevereiro de 2021

A ilusão de que a Justiça do Trabalho favoreceria o pleito dos metalúrgicos da Ford durou pouco. A mesma justiça que decidiu que a multinacional não poderia demitir, enquanto houvesse negociação em torno ao fechamento da empresa, deu causa final ao capital. A decisão das assembleias metalúrgicas, de não acatar o chamado da Ford, para que um grupo de operários retornasse provisoriamente ao trabalho, foi taxada de “greve ilegal”. As direções sindicais, que gritaram vitória com a liminar de juízes do Tribunal Regional do Trabalho, logo em seguida, baixaram a cabeça e passaram a acertar com a Ford a sua exigência. Pretendiam que todos retornassem à produção. Da intenção ao fato, pode existir uma grande distância. O ultimato da Ford, amparado por decisão judicial, imperou. Da suposta vitória inicial à derrota real, resultou em desmoralização da deliberação das assembleias de Camaçari e Taubaté, que era de não acatar.

Em nome da “dignidade e do respeito”, que a Ford faltou com os trabalhadores, as direções refizeram a posição anterior, e prometeram aos operários que acatavam o pedido da Ford, devido à abertura de uma negociação de “igual para igual”. Ou seja, os negociadores da empresa haviam concordado que o sindicato participasse do retorno, na condição de vigilantes. Os dirigentes do sindicato de Taubaté foram enfáticos em dizer que a luta, até aquele momento, tinha resgatado a “dignidade”, e que, graças a

isso, se iniciava um “processo num patamar mais igualitário”, e assim se podia sentar à “mesa num patamar de respeito”. Disseram aos operários que, se a Ford quisesse “uma discussão honesta, baseada no respeito, a gente vai ter; caso contrário, não vai merecer nosso respeito”.

O palavreado de respeito, honestidade e igualdade entre as partes serviu como uma nuvem de fumaça, para acobertar a verdade dos fatos. A direção do movimento de resistência não podia fazer outra coisa a não ser baixar a cabeça, perante o arbítrio do desembargador, que colocou os interesses e o poder do capital acima dos trabalhadores, desarmados de seus principais recursos de luta. No momento em que os sindicatos se escoraram no Ministério Público do Trabalho e recorreram à Justiça do Trabalho, colocaram o pescoço do movimento na guilhotina.

A Ford contou com a política de conciliação de classes das direções sindicais para que não se erguesse um poderoso movimento contra o fechamento e a destruição dos postos de trabalho. A resistência baseada em vigílias passivas, atos religiosos, carreatas, discursos virtuais, e demagogia de governadores e parlamentares estava fadada ao fracasso. A política de ganhar a “atenção pública”, choramingando “dignidade e respeito”, mostrando-se pacíficos e ordeiros, foi a argamassa de barro sobre a qual se constituiu a luta contra o fechamento da Ford. Os capitalistas não se guiam por nenhum moralismo pequeno-burguês, para tomar a decisão de tran-

car as portas das fábricas e demitir milhares de trabalhadores. A sua moral está assentada no lucro. A moral do proletariado é exatamente oposta e contraditória à moral dos capitalistas: baseia-se nas necessidades imperiosas da luta de classes. O moralismo pequeno-burguês e hipócrita das direções burocráticas serve à moral dos capitalistas. Sua função é a de represar e esmagar o instinto de revolta dos operários. Mas não é o moralismo pequeno-burguês em si que exerce tal capacidade. É a ação concreta das direções, que desvia a revolta para a política de conciliação de classes, cujos métodos são extraídos da política burguesa e pequeno-burguesa, introduzidas e consolidadas nos sindicatos, na forma de burocratização e eliminação da democracia proletária.

Os métodos e os meios utilizados pelas direções na luta contra o fechamento da Ford estiveram na dependência da política burguesa parlamentar, e no objetivo de ganhar a simpatia da opinião pública da classe média. Na assembleia do dia 18, o dirigente sindical insistiu que a luta não deve ser vista como dos “malucos do sindicato”, dos “vermelhinhos, que são os revolucionários que querem acabar com o país, como a elite fala”. “Enquanto a opinião pública estiver do nosso lado, nós temos uma força de sobrevida a mais para continuar. A partir do momento em que a opinião pública nos colocar num patamar inconsequente, de malfetores, nós estamos indo para a derrota do nosso movimento”. Ocorre exatamente o contrário do que diz o dirigente: quanto mais a luta depender dos valores e do que pensa a pequena burguesia, mais fraco o movimento fica, e caminha para a derrota. A classe operária, em hipótese alguma, pode sujeitar o método da luta de classes ao que pensam a burguesia e a pequena burguesia.

O problema fundamental está em que os metalúrgicos da Ford tinham de agir prontamente com a ocupação da fábrica, e lutar para que os demais sindicatos da classe operária e dos demais trabalhadores saíssem em defesa dos empregos e contra o fechamento. Um poderoso movimento de denúncia da multinacional imperialista, de defesa da força de trabalho e da economia nacional ganharia as camadas mais oprimidas e sofridas da pequena burguesia. Evidentemente, teria de combater frontalmente os governos e os capitalistas, que atacariam a violação da propriedade privada dos meios de produção, que, para os exploradores, é sagrada. E teria de ganhar uma parte da pequena burguesia para a luta organizada, separando-a de suas camadas reacionárias. Esse é o caminho da luta classista para vencer, que, desgraçadamente, foi rejeitado e substituído pelos métodos da política de conciliação de classes. Eis por que foi inculcado nos operários que a ocupação da fábrica resultaria em “baderna”. Essa palavra acabou sendo espalhada silenciosamente, na medida em que o Boletim Nossa Classe/POR firmou sua campanha em torno às bandeiras – ocupar a fábrica, estabelecer o controle operário da produção, e exigir do governo a estatização sem indenização da Ford, bem como convocar as assembleias gerais e realizar uma campanha nacional de luta contra o fechamento de fábricas, demissões e desemprego. A Ford somente seria atingida, se a propriedade privada dos meios de produção fosse violada com a ocupação e o controle operário.

Os operários, em silêncio, ouviram o discurso moralista e triunfalista da direção do sindicato de Taubaté. Certamente, não entenderam a fala cifrada de que o sindicato não era “vermelhi-

nho” e “revolucionário”. Como na assembleia nada se discute, apenas se ouve, o discurso preparado da direção não tinha como ser entendido pelos operários, de que o dirigente se referia ao Boletim Nossa Classe.

Sob o envolvimento ideológico da assembleia, com a ideia de que o sindicato ganhava respeito da Ford, e que então se tornava possível uma negociação entre iguais, foram aprovadas a volta ao trabalho e a dissolução da vigília. Diante dessa mudança, o dirigente procurou animar os presentes, dizendo que “*nossa luta não está acabando, nós estamos fazendo uma pausa estratégica na nossa mobilização para entender até onde nós podemos chegar*”. É de difícil compreensão, o que quer dizer “*pausa estratégica das vigílias*”. Provavelmente, o dirigente se referia a um possível fracasso das negociações e que, portanto, se voltaria às vigílias. Ocorre que não há nenhuma possibilidade de, na mesa de negociação com os executivos da matriz norte-americana (CEO da Ford mundial), recuperar os empregos. O que a direção espera é obter um acordo de indenização, que dê a impressão aos operários de que foi uma conquista.

A direção afirmou que a conversa com os altos executivos abre a possibilidade de o sindicato “*levar propostas concretas de alternativa para reverter o fechamento das fábricas*”. Os operários, assim, devem confiar que a esperança está na fé de seus dirigentes.

O que se pode esperar da “pausa estratégica” da direção sindical? O que ocorrerá com as “propostas concretas do sindicato”, que ninguém sabe quais são? O que se passará com a conversa com o CEO da Ford, que será sigilosa? O mais provável é que tudo isso acabe em um acordo de indenização. Pode ser que se torne mais difícil para os metalúrgicos, que estão prestes a perderem os empregos. Pode ocorrer idas e vindas nas negociações, mas não há como não reconhecer que as direções sindicais jogaram uma pá de cal na resistência, no momento em que aceitaram a volta ao trabalho, sem orientar a luta para a ocupação das fábricas, e sem abandonar os métodos da política de conciliação de classes. Assim se passou com o fechamento da planta da Ford em São Bernardo do Campo, em 2019.

Confirmada essa indesejada previsão, será mais uma derrota da classe operária. Derrota, cuja responsabilidade recai inteiramente sobre as direções burocráticas e traidoras. Não somente as vitórias trazem lições. As derrotas têm muito a ensinar.

O fechamento da Ford agrava o desemprego e potencia o subemprego. O ano que adentra é de continuidade da crise econômica. A burguesia e seu governo mantêm a linha de ataque frontal às condições de trabalho e existência da maioria oprimida. A burocracia sindical vem acumulando traições. O proletariado e os demais explorados não podem aguentar por mais tempo o desemprego, pobreza, miséria e fome. Objetivamente, vêm à tona as reivindicações que unificam os explorados. A necessidade de luta unificada está posta, e, com ela, os métodos da ação direta e a organização independente do proletariado. Na luta contra o fechamento da Ford, aflorou o programa de ocupação dos monopólios, controle operário, expropriação e estatização sem indenização, e abertura de seus livros caixa. A defesa desse programa se ergue como vitória política entre os escombros da derrota, embora as condições organizativas não tenham permitido que fosse encarnado pelos metalúrgicos. Trata-se da vanguarda com consciência de classe continuar lutando por esse programa.

Confirmada essa indesejada previsão, será mais uma derrota da classe operária. Derrota, cuja responsabilidade recai inteiramente sobre as direções burocráticas e traidoras.

Campanha do POR contra o fechamento da Ford e pelos empregos

Publicamos dois números do Boletim Nossa Classe, de 5 e 11 de fevereiro, distribuídos nas assembleias da Ford de Taubaté. Dão continuidade à campanha do POR contra o fechamento

das fábricas e pelos empregos. O POR avalia que essa tem sido a principal luta do momento. A organização da classe operária para responder ao fechamento de fábricas, demissões, pre-

carização das relações de trabalho e perdas salariais é a tarefa por onde os explorados responderão à desintegração do capitalismo e erguerão o programa da revolução proletária.

Boletim Nossa Classe, 5 de fevereiro

Política Operária

Que a CUT e demais centrais organizem imediatamente uma campanha pela estatização sem indenização da Ford

A assembleia dos metalúrgicos de Taubaté do dia 3 aprovou a posição da diretoria do sindicato, de manter a luta pelo não fechamento da Ford. Foi rejeitada a proposta da montadora de indenização, que seria: 1) 1,1 salário por ano trabalhado, para os horistas; 2) 0,7 salário por ano trabalhado, para os mensalistas. Os donos da Ford procuraram fazer um jogo numérico. A direção do sindicato mostrou que a proposta não passava de uma antecipação dos salários dos meses de fevereiro a dezembro, uma vez que os metalúrgicos contam com um acordo de estabilidade no emprego até o final de dezembro. Pelos cálculos, a indenização seria menor do que os trabalhadores têm de receber até o fim do ano, computando salários e benefícios. Foi informado, também, que o sindicato espera uma resposta da Ford, para que se tenha uma reunião com o presidente global da montadora. Já se passou quase um mês do anúncio do fechamento, e a posição da empresa é que só tem a oferecer a indenização.

É preciso que os metalúrgicos tenham claro que somente a luta unitária dos três sindicatos e das centrais sindicais pode evitar o fechamento definitivo. A ocupação das fábricas, o controle operário da produção, e a luta pela estatização sem indenização era e é a condição para o movimento operário vencer. As assembleias dos três sindicatos devem colocar



a unidade do movimento contra o fechamento. E, com isso, contra as negociações em torno às indenizações. Isso por que negociar indenização significa aceitar o fechamento. As assembleias dos três sindicatos também devem aprovar a reivindicação de estatização sem indenização.

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha nas fábricas, de apoio à luta contra o fechamento da Ford. A posição de que a montadora seja estatizada, sem pagar um só centavo à multinacional, tem sido bem recebida pelos operários. O que falta é a organização do movimento em todo o país, pela estatização.

É preciso formar um comando único entre os três sindicatos

Sabemos que a direção do sindicato de Camaçari vem discutindo valores das indenizações. O sindicato de Horizonte pouco se manifesta, contando que a fábrica somente encerrará as atividades no final do ano. E o sindicato de Taubaté se colocou pela reversão do fechamento, mas não descartou a possibilidade de discutir as indenizações. No momento, está pela reversão. A Ford está contando com as negociações em separado. Sabe que um movimento pelo não fechamento só a atingiria a empresa, caso os sindicatos estivessem unidos, e as centrais sindicais organizem a luta pela estatização. Assim que o sindicato de Camaçari chegar a um acordo de indenização, a causa do não fechamento da Ford estará definitivamente perdida.

Somente a assembleia de Taubaté aprovou a bandeira da reversão. Para manter essa posição, e não ter de cair nas malhas da indenização, é preciso o sindicato e a assembleia exijam a formação de um comando único entre os três sindicatos, em torno à defesa do não fechamento, e pela estatização sem indenização.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela unidade da classe operária, como única maneira de quebrar a decisão da Ford e preservar os empregos. Nenhuma negociação deve ser feita em separado. Como a causa é única, deve ter um comando único, uma voz-única e decisões únicas.

As centrais levam a sério a nacionalização da Ford?

O Boletim Nossa Classe acha que não levam a sério. Isso por que não mexeram uma palha para organizar um movimento a partir das fábricas, em todo o país. A CUT se colocou pela nacionalização, desde o início. Ocorre que submeteu a bandeira da nacionalização à discussão no Congresso Nacional. Os deputados realizaram uma audiência na Comissão de Direitos Humanos. Decidiram apresentar um projeto de lei de nacionalização da Ford. Não temos dúvida que desse mato não sai coelho. Acabamos de assistir a vitória de Bolsonaro, que passou a controlar a presidência da Câmara e do Senado.

Uma verdadeira luta pela nacionalização da multinacional teria como bandeira a estatização sem indenização. Mas,

somente a classe operária tem interesse e pode atacar a multinacional, para defender os empregos e a economia nacional. O Congresso não passa de um instrumento político da burguesia. Por isso mesmo, vive ajoelhado diante dos monopólios imperialistas, entre eles a indústria automotiva. Uma verdadeira nacionalização resulta em expropriação da multinacional, sem indenização, que passa a ser regida pelo Estado. Está aí por que a estatização depende da classe operária e demais explorados lutarem em todo o país. Só assim se torna possível a estatização, com controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe rejeita o palavreado de nacionalização, e chama os operários a defenderem a estatização sem indenização e controle operário da produção.

O fechamento de fábricas e o desemprego exigem a luta unitária da classe operária

Vimos que, nos últimos anos, foram fechadas milhares de fábricas. As demissões e o desemprego cresceram. Com a pandemia, os explorados passam por uma tormenta, jamais vista. Os governos de Temer e Bolsonaro impuseram as brutais reformas trabalhista e previdenciária. A terceirização vem avançando e precarizando as condições de trabalho, em todas as atividades econômicas. Até mesmo as formas intermitente e temporária de trabalho crescem. Mais sacrifícios da população ainda estão por vir, já que a crise econômica vai se prolongar.

A previsão é de que a desindustrialização trará maior destruição de postos de trabalho. O que fazer, então? Ficar esperando que o governo, deputados e senadores protejam a classe operária? Mendigar auxílio emergencial, Bolsa Família?

Ou organizar a luta em todo o país, em defesa dos empregos e dos salários? A resposta da classe operária e demais explorados deve ser: 1) que os sindicatos, centrais sindicais e movimentos populares organizem imediatamente um movimento nacional pelo não fechamento de fábricas, pelos empregos, e pela estatização sem indenização diante do fechamento; 2) que se convoquem as assembleias sindicais e populares; 3) que se formem os comitês de empregados e desempregados.

O Boletim Nossa Classe luta para que os sindicatos e centrais voltem a ser instrumentos da luta independente da classe operária contra a burguesia e seu Estado. Que as direções rompam com a política de conciliação de classes, que tem desorganizado o movimento operário, e desmoralizado os sindicatos.

Arteb demite e direção do sindicato colabora

No dia 26 de janeiro, os operários da Arteb, autopeças de São Bernardo, entraram em greve contra a demissão de 200, dos 870 operários. Depois de três dias de greve, a direção sindical realizou assembleia e, sem apresentar nenhuma outra saída, nenhuma possibilidade de luta para defender os empregos, convenceu os operários a aceitarem a proposta de acordo, que permitiu à empresa demitir os trabalhadores. Depois de permitir que a empresa demitisse, o Secretário Geral do Sindicato, Moisés Selerges, informou que, pelo acordo, existia a possibilidade de a empresa voltar a contratar em setembro, 50 dos companheiros demitidos. Vejam a que ponto chegou essa burocracia com a política de colaboração de classes.

Quatro dias depois da demissão de 200 trabalhadores pela Arteb, a empresa Nakata, autopeças de Diadema, anunciou que irá fechar a fábrica em Diadema, que emprega 225

trabalhadores, e irá para Extrema (MG).

O fechamento das quatro unidades da Ford no Brasil, da Mercedes de Iracemápolis, as demissões na Arteb, o anúncio de fechamento da Nakata, Yoki, 3M e muitas outras colocam a necessidade de constituir uma frente única de luta nacional, para unificar a luta da maioria explorada do país. A forma de impedir o fechamento das fábricas, e defender os empregos, será ocupando as fábricas, impondo o controle operário da produção, e lutando pela estatização, sem nenhuma indenização aos capitalistas.

O Boletim Nossa Classe luta para que não aconteça mais o que aconteceu com as traições no fechamento da Ford em São Bernardo e, agora, com as demissões na Arteb. Luta para que não se faça o mesmo que se fez com o fechamento da planta da Mercedes, em Iracemápolis, em que nenhuma luta foi travada.

Boletim Nossa Classe responde a questionamentos

Conversando com os metalúrgicos na vigília da Ford em Taubaté, vários questionamentos foram feitos. Vamos responder a um questionamento. Um dos operários disse que a estatização exigiria concurso público, o que não garantiria os empregos. Falou que a estatização permitiria a corrupção e o roubo do dinheiro público.

Esse é o argumento de Bolsonaro e dos capitalistas que querem a privatização das estatais. A estatização em si não

cria a corrupção. O que cria a corrupção é a política burguesa que controla as estatais. Assim, em vez de se condenar a estatização, a classe operária deve lutar contra o controle dos politiquês sobre as estatais, e impor o controle operário da produção.

Dessa resposta surgiu uma outra. Como se daria a ocupação da fábrica e o controle operário, se o mercado não aceitasse os motores da fábrica ocupada? Somente na luta saberíamos

como os demais capitalistas reagiriam. Aí a fábrica ocupada teria de ganhar apoio da classe operária em todo o país, que também sofre com o fechamento de fábricas e demissões.

O problema está em que os sindicatos estão controlados por direções que respeitam a propriedade privada, e não lu-

tam pela propriedade coletiva dos meios de produção. Quanto ao concurso, esse é o menor dos problemas. A luta pela estatização coloca a permanência de todos os operários ameaçados de demissão pelo fechamento. E, inclusive, a efetivação dos terceirizados, sem necessidade de concurso.

Boletim Nossa Classe, 11 de fevereiro

Política Operária

Justiça do Trabalho dá causa a favor dos sindicatos Não alimentar ilusões!

Em Camaçari, o juiz do Trabalho determinou que a Ford não pode demitir, enquanto não finalizar as negociações com o sindicato. Proibiu também de suspender o pagamento dos salários e das licenças remuneradas, e não pode assediar com propostas individuais. Segundo o presidente do sindicato, o objetivo da ação é o de obter um acordo de indenização e evitar demissões arbitrárias.

Essa mesma determinação foi dada pela juíza, em São Paulo, favorecendo a causa do sindicato de Taubaté. A Ford deverá apresentar um cronograma de negociação em conjunto com o sindicato.

O fechamento da Ford rompeu contratos de estabilidade, tanto em Cama-

çari quanto em Taubaté, que resultaram de negociações de PDVs, e aplicação da MP 936. Esses acordos prejudicaram enormemente os operários, e mesmo assim a Ford passou por cima deles. Com base na descarada violação dos acordos, a Justiça da Bahia e São Paulo deram causa aos sindicatos. Não se deve, portanto, alimentar ilusão nesse resultado. Depois de um mês do fechamento, se aplainou o caminho para acertar as indenizações e encerrar o conflito.

A luta contra o fechamento e a manutenção dos empregos ficou apenas nas palavras. Não se combate uma poderosa multinacional, depositando fé em parlamentares e em ações judiciais. Ao não se ocupar a fábrica, impor

o controle operário da produção, e organizar a luta de toda a classe operária pela estatização da Ford sem indenização, somente restou aos sindicatos recorrerem à Justiça, em busca de indenizações acordadas.

O Boletim Nossa Classe luta para que os trabalhadores confiem em suas próprias forças, e tenham suas próprias respostas. Confiar nas próprias forças significa, na situação de fechamento da fábrica, ocupar imediatamente, e chamar todos os trabalhadores a defenderem os empregos. Ter suas próprias respostas significa defender na prática a estatização sem indenização. Para se confiar nas próprias forças, não se pode confiar na justiça burguesa.

A Ford fechou, calculando indenizações

Em 2019, a Ford fechou a planta de São Bernardo. A direção do sindicato convenceu as assembleias a confiarem na transferência da empresa para uma outra montadora. O governador Doria ajudou a enrolar com a história da venda para a Caoa. Enquanto isso, a Ford continuou usando parte dos operários para terminar seus compromissos com os fornecedores e concessionárias. No momento em que estava tudo arrumado, impôs o acordo de indenização. Foram destruídos 3.500 postos de trabalho diretos. As famílias amargam o desemprego ou subemprego. Essa experiência deveria alertar os sindicatos e os metalúrgicos sobre os objetivos da Ford com o fechamento total, transferência para outros países e investimentos, onde calcula que serão mais lucrativos.

O Boletim Nossa Classe defendeu a ocupação e o controle operário. Mostrou que a Ford e o governador estavam fazendo um jogo, e que a direção do sindicato não poderia participar dele, com pena de trair a luta pelo não fechamento da planta de São Bernardo.

Agora, a Ford divulgou um montante que reservou para as indenizações dos fornecedores, concessionárias e trabalha-

dores. Não se deve ter dúvida de que a indenização aos trabalhadores é diferente da indenização aos capitalistas. No caso dos trabalhadores, a indenização significa comprar as demissões. Está aí por que a luta operária é pelo não fechamento. Mas, para isso, os sindicatos e as assembleias tinham e têm de estar unidos. A ocupação da fábrica é o ponto de união e rejeição das indenizações. Assim, a luta se volta para a estatização sem indenização.

O Boletim Nossa Classe passou pela experiência do fechamento da Ford em São Bernardo. Foram confirmadas as suas posições de luta e explicações sobre como enfrentar os monopólios que nos exploram, e depois nos lançam ao desemprego. A ocupação de fábrica faz parte da história da classe operária, no Brasil e em todo o mundo. É um meio de luta que atinge o direito burguês de propriedade. Direito esse que permite aos capitalistas fecharem fábricas, sem mais nem menos. É contra esse direito que a ocupação mostra como a classe operária pode atuar como força coletiva e organizada. É com essa experiência que o Boletim Nossa Classe vem defendendo a ocupação, controle operário, e estatização sem indenização.

A Ford quer que uma parte dos metalúrgicos volte ao trabalho

Em Camaçari, pressionou para que um grupo de operários voltasse a produzir para concluir as entregas. A assembleia disse Não. Agora, exige o mesmo em Taubaté. Quer que produzam temporariamente. A assembleia votou contra, afirmando a luta pelos empregos. A convocação de

uma parte dos operários em Camaçari e Taubaté mostra bem como funciona a exploração capitalista do trabalho. Quando a empresa precisa, contrata; quando já não precisa, demite. Esse poder de empregar e desempregar dos exploradores mostra muito bem porque nossos sindicatos

devem defender os empregos, a estabilidade e a redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, para assim se abrirem mais empregos. O caso do fechamento da Ford no município de Horizonte exemplifica claramente a importância de os sindicatos se unirem com uma só voz, e um só comando de luta. Em Horizonte, os trabalhadores vão continuar na produção, até o final do ano, segundo a própria Ford. Fecha as unidades de

São Paulo e Bahia, e mantém provisoriamente a do Ceará.

Notamos que a multinacional está dividindo os metalúrgicos, para impor finalmente as demissões e indenizações. Agora quer que algumas dezenas de operários voltem a produzir. Foi correta a decisão do sindicato de não permitir uma divisão. Mas era possível uma outra decisão: voltar ao trabalho e ocupar a fábrica, lançando um movimento pela estatização da Ford. A

ocupação muda o caminho da luta pela defesa dos empregos.

O Boletim Nossa Classe defende que nenhum metalúrgico se deixe enganar pela Ford, com a convocação de um grupo para voltar à produção temporária. Todos devem se manter unidos. Mas, surgiu a oportunidade de usar a volta à fábrica, para ocupar, e criar um movimento em torno da bandeira de estatização sem indenização, e preservação de todos os empregos.

O que está se passando em Horizonte?

Depois de se reunir com a Ford, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT) informou que serão constituídos grupos de trabalho, para achar uma empresa que se disponha a assumir a planta da Troller. E que tudo está sendo feito para tranquilizar os metalúrgicos, que têm a corda no pescoço, aguardando, no cadafalso, o fecha-

mento da fábrica no final do ano. O governador desconheceu que as fábricas de Taubaté e Camaçari estão fechadas. Na Bahia, o governador do PT também disse que faria de tudo para arrumar um comprador. Em São Paulo, Doria lavou as mãos, depois da farsa da compra da Ford de São Bernardo pela Caoa. Como se vê, essa

política, de cada um para si, favorece a decisão da Ford. As assembleias dos metalúrgicos devem rejeitar esse jogo dos governadores.

O Boletim Nossa Classe alerta os metalúrgicos para que não confiem em nenhum politiquês da burguesia. Que levantem a bandeira bem alto de estatização sem indenização.

A luta contra o fechamento da Ford é de toda a classe operária

A destruição de postos de trabalho como fechamento das 4 plantas da Ford amplia o desemprego, que empurra milhões de trabalhadores à miséria e fome. Atinge a economia, prejudicando estados e municípios. Faz anos que o emprego industrial vem diminuindo, as relações de trabalho pioram, e os salários são rebaixados. Os inúmeros acordos de demissão por meio do PDV, de lay-off e de banco horas foram impostos pelas multinacionais. A Ford também se beneficiou de todas essas vantagens, e acabou liquidando milhares de empregos.

O Estado e governos protegeram e protegem as multinacionais, como se fossem indústrias nacionais. O resultado é que o capital monopolista estrangeiro lucrou muito e remeteu para a sua matriz boa parte de seus lucros. Nota-se que, na história da industrialização do Brasil, todas as tentativas de criar uma indústria nacional automotiva foram sufocadas pelas montadoras estrangeiras. O fato de o país não ter uma indústria própria fez com que permanecesse sempre no atraso econômico, científico e tecnológico.

Não há ramos fundamentais da cadeia produtiva que não estejam sob o controle dos monopólios internacionais. Isso quer dizer que a força de trabalho da classe operária, em boa parte, é explorada para que as riquezas sejam enviadas para suas matrizes e para as potências imperialistas (Estados Unidos, Alemanha, França, etc.). No governo do PT, o progra-

ma de apoio ao setor automotivo, denominado Inovar-Auto, criou ilusão de que era possível fortalecer a economia nacional. O governo golpista de Temer manteve os subsídios com seu programa Rota 2030. E Bolsonaro deu continuidade aos subsídios. Bastou que se manifestasse a crise de superprodução, para que se chegasse ao extremo de a Ford fechar todas suas plantas. A Mercedes fechou uma delas. E não é impossível que outras venham a ser fechadas. A Audi já assinalou nesse sentido.

Está aí por que a decisão da Ford atinge profundamente a classe operária como um todo. No entanto, a luta dos três sindicatos continua dividida e corporativa. E as centrais sindicais não fizeram nada para organizar uma campanha nas fábricas e nas ruas contra o fechamento da Ford. O máximo que fizeram foi correr atrás de parlamentares, que não fazem outra coisa senão discursar sobre a desgraça que atinge os metalúrgicos, e sobre a necessidade de uma política industrial.

O Boletim Nossa Classe vem defendendo que as centrais organizem uma frente única, em defesa dos postos de trabalho e dos salários. Que respondam ao fechamento de 36.600 fábricas em poucos anos. Que orientem todos os sindicatos a convocarem as assembleias, e a formarem os comitês de empregados e desempregados. E que imediatamente convoquem um dia nacional de luta contra o fechamento da Ford, estatização sem indenização, e reabertura dos milhões de postos de trabalho destruídos, desde a recessão de 2015. É só na luta por suas necessidades que os explorados se unem e elevam a sua consciência de classe sobre a exploração capitalista, e sobre a necessidade de lutar pela sociedade sem classes, a sociedade socialista. Lutemos com todas nossas forças e nossa capacidade de mobilização coletiva para impedir o fechamento de fábricas e demissões.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ATO CONTRA AUMENTO DAS PASSAGENS NO RECIFE

Um dia após o aumento da tarifa do transporte coletivo na Região Metropolitana do Recife para até R \$5,10, ocorreu um ato/panfletagem organizado pelo Comitê Classista de Lutas (CCL). No dia anterior, houve uma revolta espontânea contra a alta da tarifa, em Igarassu. A bandeira contra o aumento das passagens foi articulada com a luta por empregos, com a divisão das horas de trabalho entre os aptos a trabalhar, salário mínimo vital, contra as privatizações, pela estatização do sistema de transporte, educação e saúde, e por vacina para todos.

Na VII Plenária do CCL, realizada em 06 de fevereiro, além dos agrupamentos que já se vêm reunindo, desde setembro de 2020, agregaram-se o sindicato dos metroviários e o Movimento Passe Livre. O Sindicato dos Professores Municipais (SIMPERE), dirigido pelo PSTU, recusou-se a convocar e participar do ato, a questão foi levada à votação na reunião da direção. A subordinação à política burguesa do isolamento social, expressando a luta corporativa do setor da educação, faz com que o PSTU e a CSP-Conlutas se recusem a qualquer ação que vá além dos atos meramente simbólicos ou virtuais. Incomodado com as críticas do boletim Nossa Classe, o sindicato dos rodoviários (PSOL-Resistência) oscilou em relação ao ato. Primeiro, seu presidente disse que o sindicato assinaria o panfleto e a convocatória. Depois, possivelmente sob a pressão direta do PSOL, retirou a assinatura. O empréstimo do carro de som prometido com antecedência só saiu após grandes cobranças dos metroviários para que chegasse, ainda que com atraso.

Para a atividade, havia dois panfletos diferentes: um elaborado em conjunto pelo CCL, aprovado na VII Plenária, e outro pelo Movimento Passe Livre (MPL). O do CCL havia uma caracterização mais aprofundada sobre o aumento das passagens, e a necessidade de vincular a pauta com a questão dos empregos, salários, saúde e contra as privatizações. O material do MPL apenas denunciava o aumento da passagem. O sindicato dos metroviários contribuiu com 5 mil panfletos, distribuídos à população na Estação de Metrô Recife. No carro de som, as falas eram abertas a quem quisesse se pronunciar. Foi possível ouvir falas de entidades como: Sindicato dos metroviários e dos rodoviários, CPE/POR, UJC/PCB, PSOL, Mangue Vermelho, MPL, e trabalhadores aprovados em concurso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que ainda não foram convocados. Os usuários dos transportes públicos, que passavam pelo local, demonstravam indignação com o aumento das passagens, e com a piora das condições de vida.

A combinação da alta do custo de vida, desemprego, queda na renda, e pandemia, é explosiva. Apesar disso, a subordinação das centrais, sindicatos e movimentos à política burguesa do

isolamento social servem de bloqueio. As resistências e boicotes mostraram que este é um bloqueio ativo. Por isso, mesmo que minoritário, o ato do CCL teve importância, ao defender que a luta de verdade deve ser feita nas ruas.

O ato também se chocou com a paralisia da Frente de Luta pelo Transporte. A frente é dirigida de forma burocrática por Pedro Josephi, que migrou do PSOL para o PDT. Seu método prioritário é o de participação no Conselho de transporte, onde seus dirigentes defendem seus argumentos técnicos contra a elevação das tarifas. A posição formal de votar contra o aumento oculta a base real da política de conciliação. Sem organizar a luta por meio de comitês democráticos e pela via da ação direta, os aumentos vão passando, ano após ano. E, quando são adiados, isto se dá com base em benesses aos capitalistas do transporte, por meio de subsídios. Confirmando que essa tática não serve aos explorados, mas sim ao carreirismo individual, Pedro Josephi foi agraciado no início do ano, com um cargo comissionado na prefeitura de João Campos (PSB).

No dia 20 de fevereiro, acontecerá a VIII Plenária do CCL. Este espaço de frente única pode ser fortalecido, com a agregação de novas entidades. A CPE/POR continuará impulsionando o Comitê, com o objetivo de que ele possa aglutinar as lutas locais, e contribuir para romper a passividade e o colaboracionismo de classe.

Publicamos abaixo, passagens do boletim assinado por CPE/POR, MV, FOB, PPGE na Luta, Sindmetro e MPL, que trouxe a chamada: "Organizar a luta nas ruas contra o aumento da tarifa. Unir trabalhadores e usuários por empregos, salários e vacina para todos". Diz: "Enquanto os trabalhadores e juventude enfrentam a combinação da crise econômica e pandêmica, o governo e o Consórcio Grande Recife tramaram mais um ataque: o aumento da tarifa de ônibus para até R \$5,10. O valor não cabe no orçamento das famílias trabalhadoras, que, com redução de salários, perda de empregos, e sem o auxílio emergencial, estão caindo na miséria e fome. Não podemos aceitar nenhum centavo a mais na tarifa!" (...) "É preciso combater o desemprego com unhas e dentes! Pela reintegração de todos rodoviários demitidos. Que as centrais e sindicatos organizem a luta nacional e local contra o fechamento da Ford, por empregos para todos, com a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar". (...) "Confiar nas próprias forças – Os ataques do governo e patrões só podem ser enfrentados com independência de classe. Os métodos virtuais são incapazes de derrubar o aumento no custo de vida, contrarreformas e privatizações. Não podemos confiar nos políticos e justiça burguesa. A possibilidade de derrubar o aumento da tarifa depende de retomarmos os métodos presenciais de luta. Construir os comitês nos bairros, convocar assembleias democráticas nos locais de estudo, trabalho e moradia".

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Petroleiros

Após a paralisação do dia 18, direção suspende a greve

Os petroleiros realizaram um ato em frente à Refinaria Landulpho Alves (RLAM) no dia 18 de fevereiro, na Bahia, objetivando o início da greve. No entanto, o coordenador do Sindipetro tentou explicar sua posição pró-patronal, dizendo que *“para realizar uma greve legal é preciso haver um impasse negocial e diante do comunicado da Petrobras externando sua vontade de exaurir a negociação, o sindicato, aconselhado por sua assessoria jurídica, decidiu pela suspensão da greve”*. Que miséria política! O conceito de greve legal e ilegal é burguês. Para os operários, o que existe é a greve, uma luta de resistência contra a patronal. É luta de classes. Mas para os burocratas, o que existe é o respeito às leis burguesas. Leis estas que impedem o direito de greve, que multam os sindicatos e pune os grevistas. Por isso, usam as leis e a justiça para sufocar o descontentamento dos operários, que sentem a destruição de seus postos de trabalho com a privatização.

A refinaria será vendida a preço de banana, ou seja, com um valor 50% menor que seu valor real para o fundo de investi-

mentos internacional Mabadala Capital, dos Emirados Árabes, sócia da Shell. A privatização da RLAM faz parte de um pacote de venda de 8 refinarias ao capital imperialista e, consequentemente, a perda de um importante patrimônio nacional. As oito refinarias colocadas à venda representam cerca de 50% da capacidade de refino nacional, o que irá comprometer o fornecimento de combustível para o país e seu aumento de preços.

Os sindicatos denunciam, em palavras, que a venda da refinaria selará o controle estrangeiro de boa parte do mercado de combustíveis do Nordeste. Na prática, desorganizam a resistência grevista e criam a ilusão de que das negociações com a Petrobrás poderão vir conquistas para os trabalhadores.

Como se vê, o processo de desnacionalização e privatização da Petrobras e outras empresas caminha em passos largos. Cabe à vanguarda combater a política de colaboração das direções sindicais com a Petrobras, e trabalhar para que o movimento de resistência ao entreguismo de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional ganhe força junto aos explorados.

Rio Grande do Norte Paralisação dos bancários contra as demissões e a privatização

No dia 10 de fevereiro, bancários do Banco do Brasil realizaram um dia de paralisação contra o desmonte do banco, cumprindo a decisão da assembleia virtual, ocorrida em 5 de fevereiro. Trata-se de uma luta contra o fechamento de 361 agências em todo o país, “desgratificações” dos caixas, diminuição de número de funcionários nas agências e transferências unilaterais. As transferências voluntárias já chegaram a 5.533 no país. No RN, serão fechadas 5 agências, em Natal, Parnamirim e Mossoró.

Os bancários do BB no RN ficaram isolados da CONTRAF/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) e da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de crédito. Organizam-se na FNOB (Frente Nacional de Oposição Bancária). No dia da paralisação, houve piquetes nas agências. Participaram do piquete, o PSTU, PSOL, MLB e POR.

No entanto, para se transformar em um movimento massivo contra esse violento ataque por parte do governo, é preciso que a direção dos bancários/RN convoque as assembleias presenciais. O caminho é o da organização da resistência coletiva, apontando para as confederações a necessidade da greve nacional. Que as centrais e sindicatos organizem imediatamente uma paralisação nacional contra a privatização do BB, Petrobras, Correios, contra o fechamento de fábricas, contra a reforma administrativa e em defesa dos empregos, salários e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

Retrato perverso da reforma trabalhista

A reforma trabalhista, imposta por Temer em 2017, criou mais uma excrescência para os trabalhadores, o trabalho intermitente. Dos empregos formais, do total de 142 mil vagas, metade foi por esse regime de trabalho. Dois anos após essa contrarreforma, o trabalho intermitente em 2018 era de 9,4% foi para 13,3%, em 2019. Para os capitalistas, essa modalidade de emprego foi mais um presente do governo. Aproveitaram a crise econômica, agravada com a pandemia, para ampliar esse trabalho ultra temporário. O que parecia uma forma de contrato mais restrita ao setor de serviços (bares, hotéis, restaurantes, etc.) não foi real. O trabalho intermitente passou a fazer parte da indústria. Nas palavras de um dos porta-vozes da burguesia *“Está cada vez mais normal a indústria produzir de acordo com a demanda”*.

Diante do avanço do desemprego e das demissões em massa, a saída para muitos trabalhadores é recorrer ao contrato intermitente. Portanto, ao subemprego. O problema está em que tem salários mais baixos. Muitas vezes, exercem a mesma função de outro trabalhador na empresa, mas seu salário é menor. Segundo o Dieese, em 2019, um em cada cinco desses vínculos intermitentes não foi acionado no ano, ou seja, o trabalhador não teve nenhuma renda, já que não trabalhou. Mais ainda, trata-se de uma massa de assalariados que dificilmente alcançará uma aposentadoria.

O problema maior está na política das direções sindicais, que, em palavras, sem colocam contra o trabalho intermitente, mas, na prática, não movem uma palha contra essa excrescência. Isso por que significaria travar uma luta consequente contra a reforma trabalhista de Temer. E unir empregados e desempregados pelos empregos, salários e pelo fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

São Paulo

Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária na Educação vem travando um combate contra a decisão do governador e do prefeito de São Paulo de retorno às aulas presenciais. Divulgou boletins e declarações junto aos professores. Nesse jornal, publicamos duas declarações, que mostram a política do partido, e a da burocracia da Apeoesp e Sinpeem.

A Corrente Proletária, também, realizou uma reunião, no dia 14 de fevereiro, onde ocorreu um balanço da “greve sanitária” e o estudo coletivo da declaração, que tem como título: “Mudar de orientação e método, para que o boicote seja vitorioso”. Da reunião, foram extraídas as seguintes conclusões: 1) as decisões das assembleias virtuais não modificaram a tendência de fracasso do boicote; 2) a oposição se mostrou

incapaz de combater a via do boicote traçada pela burocracia; 3) o governo se aproveita das debilidades do movimento; 4) a vanguarda que sustenta o boicote se vê isolada, diante dos professores que não compreenderam o boicote e não podem acatar individualmente; 5) o boicote fortalece o ensino a distância, uma vez que incentiva o professor a dar aula por esse meio; 6) manter firme a linha do partido, defendendo as formas coletivas de luta, vinculando o problema do retorno ao trabalho como parte da luta geral contra a política burguesa do isolamento social, que manteve desprotegia a maioria dos trabalhadores, criticando claramente o corporativismo do boicote, propagandeando a bandeira de vacinação universal, a começar pelos bairros pobres e miseráveis.

Rio Grande do Norte

O Boletim Nossa Classe de fevereiro faz campanha contra o fechamento da Ford, defendendo a luta pela ocupação, controle operário e estatização sem indenização. Combate a passividade das direções

sindicais, diante de milhares de fábricas que foram fechadas, nos últimos anos. Denuncia o controle dos monopólios sobre as vacinas, levanta a bandeira da vacinação universal, a começar pelos mais pobres e

miseráveis, e o controle operário da produção e distribuição da vacina. E denuncia as demissões, exploração do trabalho e fechamento do refeitório na fábrica Bonor. Reproduzimos abaixo esta denúncia.

Fábrica mantém refeitório desativado e operários sem almoço!

Apesar das constantes reclamações dos operários, exigindo a reativação do refeitório, a fábrica Bonor insiste em manter o refeitório fechado. Na pandemia, a empresa se aproveitou para demitir os trabalhadores do refeitório (cozinheiros, serventes de limpeza, etc.), e, desde então, está desativado.

Os operários, que já recebem salários miseráveis, e a quem a empresa sequer paga um Vale-Alimentação, estão tendo agora de tirar de sua apertada renda para custear o almoço. Muitos vão em busca da bandeja mais próximo, e, às vezes, ficam até sem almoçar, porque, quando chegam no restaurante, a comida já tem acabado. (...) O boletim Nossa Classe defende que a empresa Bonor restabeleça imediatamente o refeitório e o almoço para os operários, reincorpore os trabalhadores demitidos, e conceda o Vale-Transporte, que é um direito!

A Bonor tem remanejado funcionários de um setor para outro. Muitos que



vão para um setor insalubre ou que recebem um salário menor, passam meses ou até anos sem a equiparação salarial ou o adicional de insalubridade. Isso significa que tem operários desempenhando a mesma função, mas com salários diferentes. Muitos passam a realizar outras funções, mas continuam recebendo o salário do auxiliar de produção.

O boletim Nossa Classe defende que os operários que realizam as mesmas funções recebam os mesmos salários, tendo como parâmetro o maior salário. Ou seja, trabalho igual, salário igual!

São Paulo

Reunião do Comitê do bairro Jd. Santo André

A Corrente Proletária/POR realizou uma reunião do Comitê, onde compareceram militantes, simpatizantes e um representante do PSOL. O objetivo é o de organizar o movimento em favor dos empregos, salários e saúde pública.

O avanço da pandemia na região é grande e as condições de atendimento à saúde são extremamente precárias. O desemprego vem atingindo duramente não só os trabalhadores, mas também a juventude que necessita um posto de trabalho. A elevação do custo de vida e a falta de moradias são dois outros problemas do bairro. A reunião concluiu com uma proposta de boletim, que servirá para convocar uma nova reunião para organizar a luta dos moradores por suas reivindicações e métodos próprios.

Rio Grande do Norte

Contra a demissão do servidor de São Gonçalo do Amarante Responder com luta direta a mais esse ataque do prefeito

O servidor Severino dos Ramos Belísio respondia um “Processo Administrativo Disciplinar (PAD)” injustamente, pois, provou à comissão do PAD que era supervisor no município de São Gonçalo (considerado como cargo de magistério), e técnico da prefeitura de Natal, e assim não acumulava cargos, correspondendo a 60 h a carga horária dos dois vínculos. Mas, no dia 15 de fevereiro, o servidor foi demitido, através do Diário Oficial do Município, escancarando como o prefeito Paulo Emídio é perseguidor dos servidores públicos. O servidor, ao saber do resultado, se angustiou e tomou compri-

midos antidepressivos, que quase o levaram à morte. Com os nervos agitados, não consegue enxergar por um dos olhos, tamanho o desespero.

A direção do SINTE SGA (Muda Sinte/PSTU), sob pressão dos filiados, ao saber da demissão do supervisor, lançou uma nota de solidariedade, convocando os servidores para irem à Secretaria de Administração, negociar com o Secretário de Administração, o qual disse que já o tinha alertado do problema, e que assinou o que a comissão disciplinar tinha determinado junto com ao prefeito. Disse que iria conversar com o prefeito para re-

verter a situação. E daria uma resposta à direção do SINTE.

A Corrente Proletária na Educação já havia feito uma campanha pelo companheiro. Reivindicou da direção do sindicato a realização das assembleias presenciais, para responder, não só a perseguição do servidor, como também organizar a luta no município. Participou também da conversa com a direção do Sindicato na defesa da reintegração do servidor. Sem organização coletiva e o método da ação direta, a prefeitura, a justiça e os órgãos de controle avançarão cada vez mais seus ataques ao funcionalismo público do município.

Boletim Corrente Proletária na Educação - Docentes Ensino Superior

O Boletim faz o chamado: Bolsonaro prepara nova ofensiva. Por um verdadeiro dia nacional de lutas pelos empregos, salários, serviços públicos e vacinação universal. Diz: “A pandemia segue fora de controle no Brasil (...). A vacinação a conta gotas mal começou, e já deve ser interrompida, pela falta de doses e insu-
mos. A ausência de um controle da maioria explorada sobre a imunização faz com que fiquemos totalmente sujeitos à guerra comercial, aos interesses dos monopólios farmacêuticos, ao obscurantismo bolsonarista, e às distorções nas prioridades. (...) Enquanto isso, Bolsonaro e o Congresso Nacional preparam uma maior ofensiva contra os trabalhadores em geral, e o funcionalismo público, em particular. (...) O movimento do funcionalismo e da educação pública está atado ao destino dos demais trabalhadores do país. Um movimento corporativo e passivo é incapaz de preservar as antigas conquistas. Se não forem mudados o rumo e os métodos adotados até aqui, a marcha do desemprego, da miséria e da mortandade seguirá seu curso. O entreguismo atingirá um novo patamar com a Reforma Administrativa e o plano de privatizações do governo. A vanguarda com consciência de classe precisa contribuir para que a classe operária e demais explorados se livrem das amarras da burocracia sindical e das ilusões jurí-



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE-Universidade
Proletária Operária
Revolucionária (POR)
www.poromassas.org
por@poromassas.org
Am 11 - 12 de Fevereiro de 2021

POLÍTICA OPERÁRIA

Bolsonaro prepara nova ofensiva Por um verdadeiro dia nacional de lutas pelos empregos, salários, serviços públicos e vacinação para todos

A pandemia segue fora de controle no Brasil, caminha para os 250 mil mortos. A vacinação a conta gotas mal começou e já deve ser interrompida pela falta de doses e insumos. A ausência de um controle da maioria explorada sobre a imunização faz com que fiquemos totalmente sujeitos à guerra comercial, aos interesses dos monopólios farmacêuticos, ao obscurantismo bolsonarista e às distorções nas prioridades. No salve-se quem puder, vergonhosamente diretores sindicais pleiteiam junto a parlamentares um melhor lugar na fila. Mais uma demonstração de corporativismo. Enquanto isso, não é segredo para ninguém, Bolsonaro e o Congresso Nacional preparam uma maior ofensiva contra os trabalhadores em geral, e o funcionalismo público, em particular.

Os ataques no setor da política burguesa não podem servir de fonte de esperança para os trabalhadores. A divisão entre a direita e extrema direita - que após nos primeiros meses governadores capitaneados por Dória e Bolsonaro e até mesmo se expressou nas eleições municipais com o fortalecimento dos partidos orgânicos da burguesia - agora está sendo rotundada, colada com os R\$3 bilhões das emendas parlamentares e distribuição de cargos e promessas. O tema-lá-da-cá não atrai apenas o Centro, conseguindo imitar as importantes do DEM que tratam Maia na sucessão da presidência da Câmara e tem provocado divisões no PSDB e reversas para o plano de Dória para 2022.

O PT segue seu objetivo de se potencializar como ala esquerda da política burguesa. Sua aliança eleitoral não são novidade. A da vez foi a da eleição para a presidência do Senado, em que apoiou o mesmo candidato de Bolsonaro. O PSDB, também aliado, teve ali o queridinho Balcia Rossi (MDB) e só não consumou a virada pois não houve segundo turno.

A bandeira do impeachment aparece e some conforme as disputas interburguesas. Não há movimento sério pela derrota de Bolsonaro, apenas medidas de desgaste eleitoral. As carretas e ações virtuais são o retrato da impotência a que a política das direções centristas e reformistas levam. O objetivo é de pedir ao presidente da Câmara que abra um processo de impeachment. Não há nenhuma chance deste pedido prosperar, ainda mais agora com a subordinação total do novo presidente ao



Seria necessário formar os comitês e assembleias de base nos locais de moradia e trabalho. Formar uma frente única em torno das reivindicações mais sentidas, partindo da defesa dos empregos, dos salários (contra a alta do custo de vida, despejos, fome e miséria) e pela saúde pública, com vacinação para todos, corrigindo pelos mais pobres que estão mais expostos ao vírus e à mortandade. Mas isso nem é cogitado pelas burocracias sindicais. As carretas e ações virtuais são um far de conta, passam longe das reivindicações e métodos necessários.

Bolsonaro se fortalece para impor mais contrarreformas. Apesar da profunda militarização do governo e da política, e da tentativa de governar por cima do Congresso Nacional, Bolsonaro teve que se associar ao Centro. Sua força, porém, não vem apenas das articulações no Congresso. Vem, fundamentalmente, do amordamento da classe operária e demais explorados. E, este fator, conta com a colaboração decisiva dos diretores sindicais. As trações que levaram à aprovação da Reforma Trabalhista e da Previdência foram apoiadas com a subordinação à política burguesa do isolamento social. Enquanto conseguem avançar com as contrarreformas, Bolsonaro se mantém no cargo, apesar de sua política criminosa na condução da crise sanitária, do envolvimento de sua família com as milícias e das dezenas de pedidos de impeachment.

O aumento da miséria e fome que acompanham o fim do auxílio emergencial já vinha potencializando protestos por moradia, contra aumento de tarifas, dentre outros.

dico-parlamentares. É preciso exigir das centrais sindicais que convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, que coloque em primeiro plano a luta pelos empregos, salários e saúde pública”.

O Boletim denuncia a “guerra das vacinas”, o aumento do desemprego, o crescimento da miséria e fome, a destruição de mais direitos trabalhistas, e a entrega de riquezas nacionais. Mostra que as bandeiras levantadas pelas direções sindicais e movimentos são distracionistas, a exemplo do impeachment de Bolsonaro, e a greve sanitária, bem como os métodos

de assembleias e reuniões virtuais, carretas e atos simbólicos. Diz que ANDES-SN tem seguido essa política e rejeitado os métodos da ação direta, as lutas nas ruas, a convocação de assembleias presenciais, portanto, a organização de um movimento massivo para responder aos ataques anunciados pelos governantes. Diante do retorno presencial nas universidades e institutos, o Andes se tem posicionado pela “greve sanitária”. O Sina-sefe discutirá a bandeira em sua Plenária Nacional (virtual) do dia 27 de fevereiro. A aceitação prática do Ensino a Distância (rebatizado como remoto emergencial) acaba sendo parte da negociação contra o retorno presencial. Conclui dizendo que a proteção da vida dos professores diante do coronavírus não tem como se dar à margem das demais reivindicações de defesa da educação pública e dos empregos e direitos sociais. É preciso superar o corporativismo.

O boletim traz também um artigo sobre a campanha salarial na ADUERN. Diz: “A categoria docente da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte) está há mais de 08 (oito) anos sem reajuste. Com o aumento do custo de vida, a categoria amarga o período mais longo de sua história de arrocho salarial. Como se não bastasse, a governadora Fátima Bezerra (PT/PCdoB) - a mesma que a

direção da Aduern votou em assembleia para apoiar sua candidatura –, diminuiu o salário da categoria, ao aumentar a alíquota da contribuição previdenciária, seguindo a política de Ajuste Fiscal de Bolsonaro/Guedes. Junte-se a isso, o calote nos salários de dezembro e o 13º (décimo terceiro) ambos de 2018”. Critica a direção da Aduern (PT e Independentes) que, desde o ano passado, aderiu ao

isolamento social da burguesia e ao “fique em casa”. Não tem realizado uma campanha para preparar a categoria para lutar nesse ano. Perdidos na sua política de conciliação com o governo que ajudou a eleger, têm desarmado a categoria na luta por seus direitos. A publicação assinala que é preciso retomar a luta direta para derrotar a política de congelamento salarial do governo do PT.

O Boletim impulsiona a campanha nacional do POR contra o fechamento da Ford, em defesa dos empregos. Levanta as bandeiras de ocupação, controle operário e estatização sem indenização da montadora. E traz o chamado para que as centrais, sindicatos e movimento organizem imediatamente um dia nacional pelos empregos, salários, direitos e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

São Paulo

Boletim Juventude em Luta – fevereiro

O Boletim Juventude em Luta tem como política operária a campanha do POR contra o fechamento da Ford, e chama os estudantes a exigir de suas direções a imediata organização da luta contra o fechamento da empresa. Diz que é preciso uma luta nacional, que rechace o desvio do caminho da independência de classe, montado pela burocracia sindical e direções reformistas. E que o movimento nacional deve dar-se em torno da estatização da Ford, sem indenização, ocupação das fábricas e controle operário da produção. Também se posiciona sobre a decisão de Doria e Covas de impor o retorno presencial das aulas. Mostra o fracasso da política burguesa do isolamento social e a submissão das direções sindicais e estudantis a essa política. Denuncia a passividade das direções, diante das medidas dos governantes e seu corporativismo, agora, diante da decisão de fim do isolamento social do último setor que ainda se encontrava em quarentena, professores e estudantes. O que levou essas direções a aprovar, por meio de assembleias virtuais, a “greve sanitária”, que, na realidade, é um boicote individual e passivo por parte dos trabalhadores da educação. Defende que as direções sindicais e estudantis convoquem as assembleias presenciais, para que a luta seja coletiva e nas ruas.

Outro ponto tratado no Boletim é a denúncia da imposição do Enem, que resultou na baixa presença de estudantes. Diz que o Enem passou a fazer parte da propaganda dos governos, e até das direções do movimento estudantil, como se fosse uma abertura de oportunidade aos jovens. Mas, na verdade, é uma ferramenta de segregação social que, mesmo com as ações afirmativas voltadas para os setores mais oprimidos, não constitui um mecanismo democrático de acesso ao ensino superior, que é um direito, e não uma dádiva concedida pelo governo. Por fim, traz o ponto sobre a formação política, que tratou do Corporativismo. Eis uma de suas passagens: “As direções dos movimentos de estudantes e professores têm defendido o não retorno às aulas sem a vacinação. Destaca-se o caráter corporativista dessa política: defendem os trabalhadores da educação e estudantes à parte de toda a massa de trabalhadores, que diariamente corre o risco de contaminação nas ruas, nos transportes públicos e no trabalho. Ao defender uma política apenas para uma categoria, essas direções do movimento dividem os trabalhadores. Enfraquecem a luta dos explorados e, consequentemente, fortalecem os exploradores. O correto é que as direções defendam a vacinação universal, começando pelas favelas e cortiços, pelos setores mais oprimidos da população”.

Ceará

Boletim da Corrente proletária na Educação

O Boletim traz as seguintes chamadas: “Sarto ataca diretores dos servidores para aplicar Reforma da Previdência de Bolsonaro. Abaixo as alterações na Lei Orgânica Municipal! Pela unidade geral do funcionalismo para lutar com ação direta! Diz que o prefeito José Sarto enviou à Câmara de Vereadores um projeto de emenda, contendo ataques brutais aos servidores públicos, como: a) Extinção da licença prêmio dos professores (supressão do inciso XIII do artigo 116); b) Extinção do anuênio (supressão do inciso XIII do artigo 117); c) Veto à contabilização do tempo de contribuição do servidor ao INSS, assim como serviço público federal ou estadual, para efeitos de aposentadoria (supressão do art. 127); d) Extinção da equiparação de reajustes entre salários dos servidores da ativa e os benefícios pagos a aposentados e pensionistas (supressão do artigo 132); e) Extinção da redução da carga horária de trabalhadores plantonistas (saúde etc.) em 20% depois de exercidos 20 anos de serviços (supressão do art.

140). Mostra que o ataque de Sarto ao funcionalismo é parte inseparável das contrarreformas, que vêm sendo aplicadas em todo o Brasil, pelos mais diferentes governos. A crise econômica é profunda e mundial. O capital financeiro exige contrarreformas, que aumentem a superexploração e o lucro, reduza direitos e benefícios sociais. A nossa luta contra a aplicação da maldita reforma previdenciária de Sarto é parte da luta contra o regime de exploração capitalista, decadente e bárbaro, que tem levado milhões ao desemprego, fome e miséria. Defende que as direções sindicais convoquem imediatamente as assembleias presenciais, para que o funcionalismo possa responder coletivamente mais esse ataque do prefeito.

O Boletim denuncia o apoio eleitoral que algumas correntes de esquerda fizeram a Sarto. E mostra sua responsabilidade política, por ter contribuído para a vitória de um político burguês, que impõe as contrarreformas do governo Bolsonaro/Guedes.

Mudar de orientação e método, para que o boicote seja vitorioso

13 de fevereiro de 2021

A primeira semana da “greve sanitária” (que na verdade é um boicote individual e passivo, contra a decisão de Doria de impor um calendário de retorno às aulas, desconsiderando qualquer participação da Apeoesp) precisa sofrer uma mudança de orientação política e de método, para sair vitoriosa.

Nesses primeiros dias, o governo não conseguiu levar adiante o seu plano de normalização gradativa, começando com 35% dos alunos. Isso por que apenas 5% compareceram. Quanto aos professores, o acatamento à “greve sanitária” foi de 15%, o que indicou a desorganização coletiva. Esses números, ainda que iniciais e provisórios, mostram que há uma dissintonia entre professores e estudantes. O boicote por parte dos professores (“greve sanitária”), que deveria ser massivo, não se configurou, recaindo aos pais e estudantes a responsabilidade da vitória inicial do movimento. A decisão da assembleia virtual foi de que os professores, individualmente, fizessem um requerimento aos diretores de escolas justificando sua adesão, e se colocassem por realizar as aulas remotas, o que significava entrar em contato com os alunos para iniciar esse trabalho.

A posição da Apeoesp, de só voltar ao trabalho após a vacinação dos professores, assinalou ao governo Doria que deveria encaixá-los na escala de prioridades. Está claro que é mais um sintoma da resposta corporativa da direção sindical à questão da volta às aulas.

O governo, por sua vez, ameaçou com o corte de ponto aos que aderissem à “greve sanitária”. Assim, contou e conta com o poder de pressão sobre os trabalhadores da educação, que se acham divididos entre os que terão de permanecer em casa (grupo de risco), e os aptos a voltarem ao trabalho; entre os efetivos e os contratados; entre os que se colocaram pela “greve sanitária” e foram para casa e os que permaneceram nas escolas. Os professores do grupo de risco, por essa condição, obrigatoriamente ficaram à margem da “greve sanitária”. A tentativa de obter uma declaração de solidariedade foi em vão. Aqueles que permaneceram nas escolas ficaram na dependência da campanha de que os pais não enviassem seus filhos para as aulas presenciais. E os que se colocaram no trabalho remoto ficaram isolados em casa, sob intensa pressão.

O secretário da Educação, Rossielli, se precavendo de uma possível “greve sanitária”, em janeiro, abriu cadastro de contratação para 10 mil professores temporários. Essa massa de professores temporários, certamente, será usada, caso necessite quebrar o boicote dos professores. Como os pais e alunos não acataram o chamado do governo, a manobra política do secretário se inviabilizou. Portanto, caso os professores não massifiquem o boicote, a minoria que está na linha de frente ficará isolada, contando apenas com o boicote de pais e alunos.

O governo sentiu a estocada vinda da pequeníssima presença de estudantes. Nos próximos dias, irá fortalecer sua campanha junto à população, que continua temerosa com a retomada do alto índice de contaminação e mortes.

Agora, diante da baixa adesão à “greve sanitária” (15%), a direção da Apeoesp e as correntes, em uma nova assembleia virtual, aprovaram o retorno dos professores às suas escolas, para “convencer” os que ali permaneceram a aderirem ao boicote. E constituíram “comitês de vigilância por grupos de escolas”, junto com pais e alunos, para fiscalizarem e denunciarem as condições físicas das unidades escolares. Decidiram, também, os “atos simbólicos” na Secretaria da Educação e no Palácio do Governo, ou seja, sem organizar o movimento coletivo dos professores. Portanto, atos de representantes sindicais e correntes políticas. Aposto, nesta semana, que, com a adesão de professores municipais, o boicote venha a crescer. No caso dos professores municipais, o Sinpeem seguiu a mesma orientação de decisões virtuais, e também conta com o temor dos pais, para não enviar as crianças às escolas, a partir do dia 15 de fevereiro.

Doria e Covas sabem que a sua hipócrita adesão à política burguesa do isolamento social, ditada pela OMS, fracassou. De forma que só resta determinar a volta das atividades escolares e universitárias. O restante da economia quase se normalizou. As tentativas de limitar alguns setores acabam sendo temporárias. O quadro geral é de que a política burguesa do isolamento social foi recolhida. O empenho para que as escolas voltem à normalidade responde ao quadro geral de fracasso da política burguesa do isolamento social, e da nova etapa que se configura com a imunização, por meio da vacina. Ocorre que o país está nas mãos dos laboratórios, que exercem seu poder de monopólio, e retardam o processo de imunização. O plano dos governos, que estabelece uma escala de prioridades, está na contramão da vacinação universal. A posição da Apeoesp, de só voltar ao trabalho após a vacinação dos professores, assinalou ao governo Doria que deveria encaixá-los na escala de prioridades. Está claro que é mais um sintoma da resposta corporativa da direção sindical à questão da volta às aulas.

Os alinhamentos políticos já não se dão entre os governantes, que estavam pelo isolamento social, e os que não estavam. Agora, se dão entre os que querem a rápida vacinação e os que retardam. Em outras palavras, entre Doria e Bolsonaro, que se colocaram como antagonistas no centro da crise sanitária. Essa disputa interburguesa, em nenhum momento, favoreceu os explorados, pobres e miseráveis, que vêm arcando com as maiores consequências da pandemia e da quebra econômica.

Entretanto, as direções sindicais se alinharam a Doria, quando este protagonizava o isolamento social. A ruptura dessa aliança espúria ocorreu no momento em que Doria se colocou pela flexibilização do isolamento, mas, principalmente, na prática, quando atingiu o professorado. O argumento de que

a “educação não é atividade econômica e não pode ser tratada da mesma forma”, como foi proferido pelo presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca, expõe o nervo dos erros da política desenvolvida pela burocracia sindical. Se a educação pública não se confunde com as fábricas, comércio e serviço, no entanto, está entrelaçada a todas as atividades econômicas. E a educação privada se configura como um serviço.

O importante não é a impropriedade dessa suposta tese, mas sim o uso dela para afirmar que a educação pode ser tratada distintamente no interior da crise pandêmica, como se não tivesse reflexo econômico. Esse argumento serve para defender a quebra do isolamento social nas atividades econômicas, mas não nas atividades educacionais. Eis por que a “greve sanitária” (boicote) circunscrita à educação, quando a imensa maioria da população trabalha ou labuta no subemprego, é uma resposta corporativa às consequências da pandemia. É no fundamento burocrático-corporativo que se encontra a debilidade do justo boicote à decisão do governo de retorno às aulas, quando a pandemia continua se espalhando entre a população, e em toda parte do país.

O problema está, não no método do boicote e na sua justeza, mas sim na política e na forma corporativa-burocrática que o condiciona. Ocorre que as direções sindicais, os reformistas, e mesmo a esquerda que se diz socialista, não foram capazes de combater a política burguesa do isolamento social e, agora, pretendem defender apenas os trabalhadores da educação, utilizando-se de assembleias virtuais e decisões burocráticas, fazendo com que a “greve sanitária” (boicote) se assente sobre a vontade individual, e não coletiva. Chegou-se a essa situação dramática, porque as direções sindicais e as forças políticas a elas ligadas não travaram o combate à crise pandêmica e econômica, sob um programa próprio da classe operária e demais explorados, e com uma linha unificada de independência de classe. Permitiram que o governo federal e governadores se digladiassem, enganando as massas, de uma maneira ou de outra, e, ao mesmo tempo, se unissem em torno ao plano de emergência burguês. Sob a sombra do miserável auxílio emergencial, os governantes e a burguesia impuseram a MP 936, e permitiram que demitissem em massa.

Como se vê, operários, trabalhadores do comércio, serviços, educação e agricultura ficaram à mercê do resultado da política burguesa do isolamento social. Os governantes manejaram livremente as medidas que, antes de tudo, protegiam o capital, ludibriando os pobres e miseráveis com migalhas, e sacrificando empregos e salários. Os sindicatos fecharam suas portas, em nome do isolamento social. As centrais sindicais permaneceram o tempo todo correndo atrás de parlamentares. As direções sindicais se submeteram à MP 936. Recorreram às assembleias virtuais para fajutar acordos, que atentavam contra as condições de trabalho dos assalariados.

A recusa de convocar as assembleias presenciais e organizar movimento coletivo refletiu a capitulação das direções, diante da política burguesa do isolamento social. Como iriam convocar assembleias, se estavam defendendo que todos ficassem em casa, como determinavam os governos? Como

iriam fazer manifestações de rua, se seriam acusados pelos governos de promoverem aglomerações? Assim, refugiaram-se no mundo virtual, do individualismo, da fragmentação e da passividade. Ao mesmo tempo, viraram as costas para milhões, que estavam obrigados a trabalhar e a se aglomerar nos transportes coletivos. Admitiram a divisão determinada pelos governos, de quem iria ficar em casa e quem iria enfrentar a contaminação.

Assim que se esgotou o isolamento social parcial, e os governos empurraram todos para o trabalho, à exceção dos professores, os burocratas sindicais continuaram submersos em seu próprio isolamento. No entanto, greves ocorreram e assembleias presenciais foram convocadas em plena pandemia, a exemplo dos Correios e Renault. Agora, no exato momento em que a pandemia recrudescer, os operários da Ford estão obrigados a realizar assembleias presenciais, e a sustentar uma vigília na frente da fábrica. Como se vê, não se enfrenta a pandemia,

submetendo-se à política burguesa do isolamento social, que anula as lutas coletivas de trabalhadores.

A renúncia aos métodos próprios e à democracia operária desarmou, ideológica, política e organizativamente a classe operária e demais explorados. A admissão dos métodos alheios à luta de

classes resultou em apoio à política burguesa do isolamento social. Sem se levar em conta esse processo, e sem submetê-lo a uma severa crítica política, não se entende por que os professores acabaram ficando sozinhos no isolamento social e, agora, se confrontam sozinhos com os riscos da pandemia, quando quase todos os trabalhadores, há tempo, vêm se expondo, sem que os seus sindicatos se mostrassem capazes de organizar a luta para defendê-los.

As condições de tamanha opressão têm tudo para provocar uma gigantesca convulsão social. Mas, ainda impera o medo, a passividade e a ausência de confiança entre as massas. Isso se deve, não apenas à virulência da pandemia, mas, sobretudo, à ausência de uma direção que se coloque à altura das tarefas de um momento tão violento na vida da maioria oprimida. O governo de São Paulo conta a seu favor justamente com os impotentes métodos virtuais.

Ainda que as condições sociais sejam adversas à mudança de orientação política e método, para defender os professores dos riscos da pandemia, não há outra via para derrotar o governo, a não ser a organização coletiva e a democracia das assembleias presenciais. A Apeoesp, Sinpeem e demais sindicatos de professores devem convocar as assembleias presenciais, discutir francamente a mudança de orientação, e romper com o nefasto corporativismo. Somente assim, será possível organizar a vanguarda, para impulsionar o boicote de professores, pais e alunos. Somente um movimento que ganhe as ruas é capaz de erguer a bandeira de unidade de todos os explorados em torno ao programa de emergência, que unifique a luta pelos empregos e salários com a luta pela vacinação universal, a começar pelos bairros pobres e miseráveis, com a luta pelas condições hospitalares voltadas aos que mais necessitam, e com a luta pelo fim do desastroso ensino a distância.

A renúncia aos métodos próprios e à democracia operária desarmou, ideológica, política e organizativamente a classe operária e demais explorados.

Sem mudança de orientação e método da “greve sanitária”, governo vem impondo a volta às aulas É preciso reorientar a vanguarda, para que não permaneça isolada

18 de fevereiro de 2021

A vanguarda organizada e um contingente mais combativo de professores vêm sustentando a “greve sanitária” (boicote) há quase duas semanas na rede estadual, e uma semana, na do município de São Paulo. Se dependesse do acatamento majoritário dos professores, o movimento já estaria esgotado. A pedra no sapato do governo são os pais, que receiam enviar seus filhos às escolas.

Doria e Covas fizeram uma sistemática campanha nos primeiros meses da pandemia, em torno à política burguesa do isolamento social. De todos os setores, a Educação foi aquele que mais cumpriu a bandeira do “Fique em casa”. Sabendo que seria um pilar das medidas de isolamento, o governador e o prefeito bancaram os salários dos trabalhadores da educação, cortando provisoriamente alguns direitos. Juntamente com a educação, determinadas atividades econômicas (indústria, comércio e serviço) também foram levadas ao isolamento. Isso custou, aos trabalhadores, demissões em massa e redução

deira esfarrapada do isolamento social. Passaram a ludibriar com um fechamento aqui outro ali de certas atividades, logo suspenso. A expansão do novo coronavírus não foi contida. A decisão dos governos estaduais e municipais, de reativarem o ensino presencial, ocorre nesse quadro de descontrole da pandemia. A particularidade dessa atividade está em que envolve milhões de crianças e jovens. Não se sabe com precisão até que ponto o vírus letal tem como se propagar nessa faixa etária. O fato concreto é que a quebra do isolamento social em todas atividades econômicas tornou insustentável para o governo manter o setor educacional inativo. A pressão dos capitalistas do ensino privado passou a ter um peso cada vez maior sobre o ensino público.

É necessário levar em consideração essa situação geral, para se entender por que um boicote ao retorno às aulas nas redes estadual e municipal tinha pouca probabilidade de derrotar o plano do governo de “normalização”, ainda que gradativa. O

motivo era e é imperioso, do ponto de vista sanitário. No entanto, o que decide não é a justeza da causa, mas a força social e política dos trabalhadores, organizados e coletivamente dispostos para defendê-la. A resposta a esse problema começa por reconhecer que as direções sindicais e as correntes políticas a elas vinculadas se sujeitaram, durante todo o tempo, à política burguesa do isolamento social.

Essa sujeição foi generalizada, dos sindicatos operários aos da educação; da CUT à CSP-Conlutas. A posição de que manifestações e assembleias presenciais contrariavam o isolamento social prevaleceu a tal ponto, que as direções sindicais se refugiaram nas assembleias e protestos virtuais. Sem os meios próprios da luta de classes, o proletariado e demais explorados se viram desarmados para reagir às medidas impostas pelo Estado burguês, que, além de não os proteger da crise pandêmica, os empurrou para o abismo da crise econômica. O boicote dos sindicatos da educação é um reflexo de sua

O atraso da vacinação recai principalmente sobre a maioria oprimida, por onde se deveria iniciar o plano de vacinação. Numa situação como essa, a direção do sindicato dos professores, em vez de travar a luta pela quebra dos monopólios, pela intervenção do Estado no sistema privado farmacêutico, e exigir a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, pede proteção particular aos professores.

salarial. No entanto, uma outra parcela das atividades consideradas essenciais permaneceu ativa. O que obrigou milhões de trabalhadores a superlotarem os transportes coletivos, e a se sujeitarem a funções que os tornavam vulneráveis à contaminação. Não demorou para que o governador adotasse a flexibilização do isolamento social. Apesar do palavreado em defesa da vida, a imensa maioria não teve alternativa, a não ser retornar ao trabalho, custasse o que custasse.

A pandemia voltou ao cume da contaminação e mortes em todo o país, e os governantes já não podiam levantar a ban-



Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

subordinação à política burguesa do isolamento social, e um rompimento com Doria e Covas, no momento em que esses resolveram enterrar completamente o isolamento social, convocando professores e estudantes a retornarem às escolas.

A exigência de só voltar às aulas mediante a vacinação dos professores expôs por inteiro o corporativismo. O país está sujeito à guerra comercial e política das vacinas. Os monopólios ditam as condições, e os governantes a seguem. A imensa maioria dos países mal começou ou nem começou a imunização. A informação é de que 70% de todas as vacinas estão nas mãos de 12 países. As condições científicas, industriais e financeiras existem. A limitação é estabelecida pelos monopólios, pelas potências e pela guerra comercial. Basta ver que, no Brasil, não se utilizou até o momento a capacidade produtiva do Butantan e Fiocruz, devido aos interesses dos monopólios farmacêuticos e às disputas políticas entre governo federal e governadores de alguns estados. O atraso da vacinação recai principalmente sobre a maioria oprimida, por onde se deveria iniciar o plano de vacinação. Numa situação como essa, a direção do sindicato dos professores, em vez de travar a luta pela quebra dos monopólios, pela intervenção do Estado no sistema privado farmacêutico, e exigir a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, pede proteção particular aos professores. Acaba, assim, seguindo o critério governamental das prioridades, para um quadro que não existem vacinas para uma ofensiva sanitária massiva.

Não há como defender os professores e estudantes sem travar a luta geral em defesa da maioria oprimida. E não há como usar a capacidade organizativa dos sindicatos, se não se apoiar nos métodos da ação direta e na democracia das assembleias presenciais. A coesão dos professores, funcionários, pais e alunos dependia e depende da compreensão política e social dos motivos que levaram os governantes a adotarem a diretriz da política burguesa do isolamento social, e dos motivos que conduziram ao seu fracasso. Diferentemente seria se os sindicatos de professores trabalhassem, desde o início, contra a separação corporativa dos professores em relação aos demais trabalhadores. O que implicava enfrentar a política burguesa do isolamento social com uma plataforma de reivindicações unificada, e organizar a luta contra as medidas de ataque do governo Bolsonaro, Congresso Nacional, governadores e burguesia às condições de existência e trabalho da maioria oprimi-

da. O movimento dos professores tinha tudo para despontar em torno às reivindicações sanitárias e econômicas, exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos se levantassem contra as medidas burguesas do isolamento social. A acomodação dos sindicatos docentes no corporativismo desembocou no atual impasse. A tentativa de bloquear a decisão do governo de retorno às aulas, sem a coesão organizativa e política dos professores, é pueril e demagógica.

A direção da Apeoesp e a oposição seguidista pressentiram a gravidade de manter a vanguarda isolada, quando a maioria dos professores demonstrou que não vai assumir a “greve sanitária”, e quando passou a depender quase que exclusivamente do temor dos pais em enviar seus filhos às escolas. A assembleia virtual do dia 12 decidiu por atos simbólicos, carreatas nos bairros, a ida daqueles que acataram a “greve sanitária”

às suas escolas para ampliar o convencimento da importância do movimento, e a constituição de comitês de fiscalização e vigilância, com professores, pais e estudantes, para notificar as condições das unidades escolares, e acompanhar o avanço do contágio. Nessa mesma linha, se manteve a orientação de que os professores deveriam continuar com as aulas remotas (virtuais). Isso significa manter e acobertar a farsa de que as aulas e a aprendizagem pelo ensino a

distância se realizava, apesar das limitações. Essa orientação reafirmou o corporativismo e a negação dos métodos da ação direta e da democracia sindical. A exortação à vanguarda que acatou a “greve sanitária”, de ir às suas escolas para sustentar o boicote, e, ao mesmo tempo, continuar ministrando o ensino virtual, é o reconhecimento de que, sem a luta presencial organizada, não há como derrotar o governo. Ocorre que se trata de uma medida limitada, tardia e dependente da vontade individual. O palavreado esquerdista, de formar os comandos e paralisar as escolas em funcionamento, não passa de voluntarismo subjetivo.

Enquanto o movimento se sustentar sobre a base da virtualidade, não terá como convencer os professores de que a luta é necessária, não apenas na educação, mas em todas as atividades econômicas e camadas da população, que continuam a sofrer com a pandemia e suas consequências econômicas. Sem as assembleias e reuniões presenciais, não há como reorganizar a vanguarda, que está garantindo o boicote, para dar um novo curso à luta.

Não há como defender os professores e estudantes sem travar a luta geral em defesa da maioria oprimida. E não há como usar a capacidade organizativa dos sindicatos, se não se apoiar nos métodos da ação direta e na democracia das assembleias presenciais.

NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Agrava-se a situação de crise sanitária e Camilo determina toque de recolher

Confirma-se o fracasso da política burguesa de isolamento social

Por uma resposta proletária às crises econômica e pandêmica!

Ao final da noite de ontem, 17/02, o governador Camilo Santana/PT, após reunião do comitê estadual de enfrentamento à pandemia, anunciou a adoção de mais um decreto, restringindo atividades econômicas e circulação de pessoas. Pelo decreto, serão mantidas as barreiras sanitárias em Fortaleza que dificultam o acesso a outros municípios; o encerramento das atividades não essenciais às 20h, na semana; 17h, nos finais de semana; e 15h, para bares e restaurantes; e a suspensão de aulas presenciais em escolas privadas. A novidade ficou por conta do fechamento dos espaços públicos, calçadões, praças, etc., a partir das 17h, e toque de recolher, das 22h às 5h.

Os dados epidemiológicos têm, de fato, confirmado um avanço exponencial no número de contaminados, desde dezembro, atingindo o pico em fevereiro. A ocupação de leitos de UTI e enfermarias para pacientes adultos com Covid-19 chegou à média de 90,3% no estado, segundo a plataforma IntegraSUS, divulgados no dia 17. Em Fortaleza, tanto a rede pública quanto a privada de saúde têm apresentado também números elevados: 91,4% e 93,8%, respectivamente. O Ceará já ultrapassou o montante de 400 mil contaminados e 10 mil mortes, desde o início da pandemia. Embora faltem dados recentes e atualizados, especialmente sobre o perfil social dos mortos de Covid no Ceará, é quase certo que a grande maioria dos óbitos ocorreram e ocorrem entre trabalhadores e juventude pobre. Os números levantados pelo instituto *Agência Pública*, em junho de 2020, com dados coletados a partir de São Paulo, mostravam que 93% das mortes de crianças e adolescentes eram de moradores de bairros pobres e comunidades de baixa renda. O estudo do site *Medida SP*, também com números de São Paulo, nesse mesmo período, mostrava que 66% das vítimas vivia em bairros pobres e possuía renda inferior a 3 salários mínimos; ao passo que, nas regiões com renda superior a R\$ 19 mil, registrou-se pouco mais 1% das mortes! Não há motivos para achar que estes dados não sejam mais ou menos similares nas demais capitais. A morte dos mais pobres, especialmente do proletariado e trabalhadores autônomos, nas grandes cidades, se explica pelo fato de sofrerem maior exposição ao vírus. Enquanto os capitalistas se protegem em casa, e têm à sua disposição a rede privada de saúde, os explorados são obrigados a lotar ônibus e metrô, ou sair às ruas para abrir seus pequenos negócios, em feiras, comércio ambulante, etc.

Os dados atuais da contaminação no Ceará reafirmam a tese porista, de que é impossível, sob o capitalismo, qualquer isolamento social que proteja a maioria nacional oprimida. Os inúmeros setores da burguesia no Ceará não podem permitir a proteção dos explorados, que bem cedo foram chamados a romper o isolamento e voltar ao trabalho, com todos os riscos de contaminação.

Em janeiro de 2021, enquanto o governo e a imprensa monopolista faziam demagogia com a defesa da vida e a necessidade de cuidados (uso de máscaras), enquanto a vacina não chegava, a contaminação já avançava rapidamente entre os explorados. Os milhares nos ônibus, indo pendularmente de casa para o trabalho e vice-versa, os milhares de ambulantes, saindo diariamente em busca do que comer, os milhares de sem teto, de pedintes, entre outros, jogados de um lado para outro, sem renda ou com salários de fome, sem emprego, sem moradia e sem saúde, eis a razão *nada misteriosa* para o aumento dos casos de contaminação e morte. A pobreza foi a porta de entrada da chamada 'segunda

onda'. Essa verdade elementar é precisamente combatida pela burguesia e seus agentes pequeno burgueses (reformistas e estalinistas), para quem a culpa pela segunda onda é da própria população, com seu comportamento descuidado, incapaz de perceber a gravidade da pandemia. Daí a insistência em utópicas medidas 'educativas', para tentar reverter a situação.

O decreto atual de Camilo, sem apresentar uma solução para este quadro, agrava

va ainda mais a situação de miséria das massas. Já somam dezenas de milhares, os que foram lançados no desemprego com o fechamento de bares e restaurantes. Outros milhares, com o fechamento dos espaços públicos a partir das 17h e o toque de recolher às 22h, se verão numa situação similar de desespero. O governo Camilo apenas pede paciência pelo decreto, insistindo na sua necessidade inadiável. Seu governo, como os demais governos burgueses, não tem como aplicar rigorosamente as medidas científicas. Não pode ir além das simples medidas paliativas, ditadas pelo grande capital, oscilando entre abrir o comércio e atividades econômicas, quando a curva diminui, e recorrendo a seu fechamento, quando esta aumenta. A burguesia vai, assim, protegendo seus lucros, enquanto assalariados e autônomos pagam com a vida.

Vale lembrar ainda que a própria oligarquia Ferreira Gomes (a quem Camilo está ligado), controlando a Prefeitura de Fortaleza, por meio do odiado Sarto Nogueira, aproveita-se do desespero geral do funcionalismo com a contaminação, para tentar aprovar uma dura reforma da Previdência municipal. Ataques que ocorrem de forma similar em outros municípios, como Caucaia.

As correntes de esquerda têm, em geral, aplaudido a determinação de Camilo Santana em proteger a vida dos cearenses; quando muito, lamentam a situação dos desempregados. Nada além disso. O governo do estado não podia apresentar senão uma resposta burguesa ao problema do aumento da contaminação. A resposta proletária tem um sentido completamente oposto. Exige do governo a proteção dos mais pobres e reivindica emprego e renda a todos! Que o governo taxe as grandes fortunas, que estabeleça o imposto sobre lucros e dividendos, que assegure um auxílio emer-

A pobreza foi a porta de entrada da chamada 'segunda onda'. Essa verdade elementar é precisamente combatida pela burguesia e seus agentes pequeno burgueses (reformistas e estalinistas) ...

gencial aos desempregados no valor do salário mínimo vital. Que o governo desapropriar os imóveis dos mais ricos, disponíveis para aluguel, e assegure moradia a todos!

O POR, mais uma vez, convoca os trabalhadores a não deixarem nas mãos dos governos/burguesia a solução dos problemas gerais ocasionados pela crise econômica e pandêmica. Que os sindicatos convoquem as assembleias, e unifiquem empregados e de-

sempregados na luta contra o fechamento de fabricas, demissões e baixos salários! Que as centrais e associações de moradores convoquem os ambulantes e trabalhadores autônomos a levantarem as reivindicações de defesa de suas condições de vida em unidade com o proletariado. Apenas este caminho permitirá aos oprimidos não arcarem com o alto preço da condução burguesa das crises econômica e pandêmica.

Ceará

Brutal ofensiva de Sarto/PDT contra os servidores municipais

O prefeito eleito, José Sarto/PDT, que mal tomou posse em janeiro, encaminhou, já na abertura dos trabalhos da Câmara Municipal, duas mensagens de alteração da *Lei Orgânica Municipal*. As mensagens 002/21 e 004/21 são extremamente duras: extinguem direitos, como pensões, anuênios, redução de carga horária, licença prêmio, direito a licença não remunerada, além de instituir a desvinculação entre reajustes salariais de ativos e inativos. Tais medidas são preparatórias para o projeto de reforma da Previdência que trará, certamente, o aumento da idade mínima e do percentual de contribuição para o IPM Previfor, adaptando o regime próprio do município à reforma da Previdência de Bolsonaro/Maia (EC nº 103/19).

A mensagem foi aprovada com rapidez inesperada em 1º turno pela máquina do governo. Obteve 31 votos contra 9, incluindo alguns votos da oposição ultradireitista pró-Wagner. Tramitando em caráter de urgência, obviamente, a mesa diretora da Câmara pretendia ignorar qualquer debate, mesmo com os vereadores de oposição (PT e PSOL).

O ataque de Sarto promoveu, imediatamente, uma ampla unidade dos sindicatos do serviço público, em especial o Sindiate, Sindifort, Sindiodonto, Sindisaúde e Sinasce. Os sindicatos aprovaram, em suas assembleias, o “estado de greve”, e marcaram manifestação no Paço Municipal e na Câmara de Vereadores; esta última já registrando confronto com a guarda municipal.

A burocracia sindical, contudo, procura obscurecer as raízes da contrarreforma de Sarto/Ferreira Gomes que atinge os servidores. O ataque de Sarto ao funcionalismo, que é sem precedentes, é parte inseparável das contrarreformas em marcha por todo o país. Os governos estaduais e municipais estão obrigados a adotar as medidas econômicas que protegem o capital financeiro às custas da destruição de direitos e redução salarial dos trabalhadores. O Governo Federal e o Congresso deram o pontapé inicial das medidas, que não tinham como não alcançar os demais entes federados. As contrarreformas expressam, de um lado, as particularidades da crise econômica do Brasil e, de outro, a profunda crise estrutural do capitalismo. É nesse quadro que se situa a atual ofensiva de Sarto.

As direções do movimento, incluindo a CUT, que mais recentemente se integrou aos atos de rua, são unânimes em reivindicar que o prefeito abra a negociação com os sindicatos. O mesmo tem sido dito pela bancada de vereadores de oposição. Mas o que há para negociar? O próprio prefeito ignorou a mesa de negociação permanente com os servidores, que já vinha de longa data, e havia se mantido no governo Sarto, ao

enviar o projeto de reforma para votação. As burocracias sindicais, em diferentes estados e municípios, tem reclamado dos governos, por aprovarem tais reformas sem um diálogo com os servidores. Assim se passou na aprovação da reforma da Previdência de Camilo Santana/PT, ao final de 2019. A pretensão da burocracia sindical, em querer discutir com o governo os pontos da reforma visando a suavizá-la é, além de uma ação capituladora, um desejo inviável. O capital financeiro, que age por cima dos partidos burgueses e seus governos, exige a liquidação imediata e inegociável das antigas conquistas do funcionalismo. Não casualmente, a imprensa burguesa já é mobilizada para preparar a ‘opinião pública’ contra o funcionalismo. A Corrente Proletária na Educação/POR rechaça essa manobra burocrática. Repete até a exaustão que direitos não se negociam, se defendem com luta firme e unificada. Os trabalhadores têm apenas uma possibilidade de vitória: com luta unificada, massiva, e sob o método da ação direta. A unificação já foi conquistada. Faltam os passos seguintes, que enfrentarão resistência das direções.

Não é segredo para ninguém que as direções sindicais, tanto do PT quando do PSOL (o PCdoB já estava integrado aos Ferreira Gomes), chamaram o voto em Sarto/PDT no 2º turno das eleições municipais. A justificativa era de que se tratava de um candidato do campo democrático e progressista, contra outro do campo direitista e reacionário. Agora esse campo democrático e progressista se une à direita reacionária e obscurantista na Câmara para aprovar o mais brutal e infame dos ataques aos servidores. Vale lembrar que a bancada ligada ao capitão Wagner, em sua maioria, ou se absteve ou votou com Sarto, dando apenas um único voto contrário às mensagens malditas. A responsabilidade das direções que traíram os explorados, chamando-os a votar no inimigo de classe, é ainda maior quando se leva em conta que havia uma rica experiência com a aprovação na Assembleia Legislativa da reforma da Previdência de Camilo, conduzida, então, com truculência pelo próprio Sarto. Denunciar essas direções por suas alianças com os partidos burgueses é tarefa elementar, que não pode ser esquecida nesse momento.

A Corrente Proletária na Educação/POR convoca os servidores a exigirem de seus sindicatos a convocação massiva dos explorados às ruas, à luta com ação direta e radicalizada, que assegure o apoio da vanguarda e demais setores dos explorados. Esse caminho é o que permite avançar a consciência de classe e fortalecer a consciência dos explorados em sua própria força.

102 anos da fundação da III Internacional

Damos continuidade à campanha dos 102 anos da fundação da III Internacional (2 a 6 de março de 1919). No jornal *Massas* anterior, publicamos o “Discurso na sessão solene do Soviete de Moscou, em comemoração do 1º aniversário da III Internacional”, pronunciado por Lênin. Agora, publicamos duas partes do “Notas de um publicista”, de fevereiro de 1920, dentre as quatro que compõem o documento. Selecionamos as partes dois e três, por reunirem as principais formulações.

A primeira parte introduz a informação de Lênin sobre uma carta, um número do

jornal, e o boletim do Comitê para Reconstrução da Internacional, que havia recebido de Jean Longueti. No boletim, se divulgam “dois projetos de resolução, destinados ao próximo congresso do Partido Socialista Francês”. Lênin irá responder ao que chamou de “queixas e ataques de Jean Longueti”. Diz que F. Loriot e Trotsky já haviam realizado, em seus artigos, uma crítica suficiente. Mas que se tratava de responder sobre a questão da “educação socialista”. Explica: “(...) É preciso entender, não com a repetição pedante e doutrinária de frases socialistas gerais, que depois de 1914-1918 aborrecem a todo o

mundo e não inspiram confiança, a não ser com a inflexível denúncia dos erros dos dirigentes e dos erros do movimento”.

As duas partes, aqui publicadas, de fato, trazem lições extraordinárias sobre como evidenciar a essência da política reformista, e a gravidade de suas consequências para a luta revolucionária do proletariado. Na III Internacional, não havia lugar para qualquer vacilação no combate ao reformismo, cuja capitulação diante da burguesia imperialista na guerra tornava definitivo o seu caráter contrarrevolucionário.

Notas de um publicista

Lênin, 14 de fevereiro de 1920

Nenhuma das resoluções dos longuetistas serve para nada. Mesmo que, dito de passagem, servem para uma coisa: para exemplificar o mal que talvez seja, neste momento, o mais perigoso para o movimento operário do ocidente. Esse mal consiste em que os antigos dirigentes, ao observar a atração irresistível do bolchevismo e do poder soviético sobre as massas, procuram (e com frequência encontram!) uma saída no reconhecimento verbal da ditadura do proletariado e do poder soviético, mas não deixam de ser, de fato, inimigos da ditadura do proletariado, como não podem ou não querem compreender seu significado e colocá-lo em prática.

Quão enorme, quão imenso é o perigo que acarreta esse mal, se põe de relevo com particular evidência na queda da primeira república soviética na Hungria (à primeira, já derrotada, seguirá a vitória da segunda). Em vários artigos publicados no “*Bandeira Vermelha*” (“*Die Rote Fahne*”, de Viena), órgão central do Partido Comunista Austríaco, se revela uma das causas fundamentais da derrota: a traição dos “socialistas”, que de palavra se puseram do lado de Bela Kun e se autoproclamaram comunistas, mas que nos fatos não aplicavam uma política de acordo com a ditadura do proletariado; vacilavam, se acovardavam, corriam para a burguesia, e alguns deles sabotavam e traíam abertamente a revolução proletária. Os poderosos bandidos do imperialismo (isto é, os governos burgueses da Inglaterra, França, etc.), que cercavam a república soviética húngara, souberam, naturalmente, aproveitar estas vacilações dentro do governo soviético húngaro, e utilizaram os verdugos romenos para estrangulá-lo ferozmente.

Não há dúvida de que uma parte dos socialistas húngaros passou sinceramente para o lado de Bela Kun, e que sinceramente se proclamou comunista. Mas, o fundo da questão não muda por isso: o homem que se proclama “sinceramente” comunista e que, nos fatos, em vez de seguir uma política implacavelmente firme, inquebrantavelmente decidida, abnegadamente valente e heroica (só tal política corresponde ao reconhecimento da ditadura do proletariado), vacila e se acovarda, um homem assim, com sua debilidade de caráter, sua vacilação, sua indecisão, comete a mesma traição que aquele que realiza a traição aberta. Em um sentido pessoal, a diferença entre o homem que trai por debilidade de

caráter e aquele que o faz por cálculo e interesse é muito grande. Mas, em política, não existe tal diferença, pois, a política significa o destino real de milhões de homens, e esse destino não muda pelo fato de que milhões de operários e camponeses pobres sejam traídos por aqueles que traem por debilidade de caráter ou por aqueles que perseguem objetivos egoístas.

Distinguir que parte dos longuetistas, que subscreveram as resoluções que estamos examinando, pertence à primeira ou à segunda das categorias mencionadas, ou a uma terceira, é algo que não podemos fazer neste momento. Por outro lado, procurar resolver semelhante questão seria uma tarefa inútil. O importante é que os longuetistas, como tendência política, seguem agora exatamente a política dos “socialistas” e “socialdemocratas” húngaros, que provocaram a queda do poder soviético na Hungria. Os longuetistas seguem essa política, já que, de palavras, se proclamam partidários da ditadura do proletariado e do poder soviético, mas, nos fatos, continuam comportando-se como antes, continuam defendendo em suas resoluções e aplicando, na prática, a velha política de pequenas concessões ao socialchauvinismo, ao oportunismo, à democracia burguesa, à política de vacilações, de indecisão, de evasivas, de pretextos, de ocultação de fatos e outras coisas do estilo. Essas pequenas concessões, essas vacilações, essa indecisão, as evasivas, os pretextos e a ocultação dos fatos, em seu conjunto, constituem inevitavelmente uma traição à ditadura do proletariado.

Ditadura é uma palavra densa, dura e cruel, uma palavra que expressa uma implacável luta de vida ou morte entre duas classes, entre dois mundos, entre duas épocas históricas.

Palavras como essa não podem ser pronunciadas levemente. Colocar na ordem do dia a realização da ditadura do proletariado e, ao mesmo tempo, “temer ofender” homens como Albert Thomas, os senhores Bracke, Sembat, outros campeões do mais abjeto socialchauvinismo francês, os heróis do traidor jornal *L’Humanité*, do *La Bataille*, etc, é trair a classe operária, seja por leviandade, por falta de compreensão, por debilidade de caráter ou por outras causas, é, em todo o caso, traição à classe operária.

As divergências entre as palavras e os fatos causaram a bancarrota da II Internacional. A III Internacional não tem ainda um ano,

e já aparece como moda, e atrai os politiquinhos, que vão onde vão as massas. Sobre a III Internacional começa a pairar o perigo de uma divergência entre as palavras e os fatos. Custe o que custar, apresente onde se apresentar, é preciso denunciar esse perigo e arrancar, pela raiz, toda manifestação deste mal.

As resoluções dos longuetistas (o mesmo que as resoluções do último Congresso dos independentes alemães, que são longuetistas alemães) tornaram a “ditadura do proletariado” no mesmo ícone que as resoluções da II Internacional para os dirigentes, para os funcionários dos sindicatos, para os parlamentares e funcionários das cooperativas. A um ícone se pode evocar, diante de um ícone a pessoa se santifica, ao ícone se referencia, mas o ícone não muda a vida prática, nem a política prática.

Não, senhores, nós não permitiremos que a bandeira da “ditadura do proletariado” se torne um ícone; não aceitaremos que a III Internacional tolere qualquer divergência entre as palavras e os fatos.

Se vocês estão a favor da ditadura do proletariado, não sigam então a política evasiva, ambígua e conciliadora a respeito do socialchauvinismo que seguem, e que se expressa nas primeiras linhas da primeira de suas resoluções: a guerra, observem por favor, “dilacerou” (a déchiree) a II Internacional, afastou-a do trabalho de “educação socialista” (éducation socialiste), e “alguns dos grupos desta Internacional” (certaines de ses fractions) “se debilitaram a si mesmos” ao participar no poder com a burguesia, e assim sucessivamente.

Isso não é linguagem de gente que apoia consciente e sinceramente o princípio da ditadura do proletariado. É a linguagem daqueles que dão um passo à frente e dois para trás, ou melhor, de politiquinhos. Se vocês querem falar esta linguagem, ou melhor, enquanto falarem essa linguagem, enquanto essa for sua política, permaneçam na II Internacional, pois ali está o seu lugar. Que os operários, que os empurram com sua pressão de massa à III Internacional, os deixem na II Internacional, e que eles, sem vocês, ingressem na III Internacional. A esses operários, sejam do Partido Socialista Francês, do Partido Socialdemocrata da Alemanha, ou do Partido Trabalhista Independente da Inglaterra, diremos, nas mesmas condições: sejam bem-vindos.

Se se admite a ditadura do proletariado e se, ao mesmo tempo, se fala da guerra de 1914-1918, é preciso falar de outro modo: essa guerra foi uma guerra entre os bandidos do imperialismo anglo-franco-russo e dos bandidos do imperialismo germano-austriaco pela repartição do botim, das colônias e das “esferas” de influência financeira. Propor a “defesa da pátria” em uma semelhante guerra foi trair o socialismo. Se essa verdade não é explicada a fundo, se essa traição não é erradicada das mentes, dos corações e da política dos operários, será impossível nos livrar das calamidades do capitalismo, será impossível nos livrar de novas guerras, que são inevitáveis, enquanto subsistir o capitalismo.

Vocês não querem ou não podem falar nesta linguagem, não podem realizar essa propaganda? Vocês querem ser “clementes” consigo mesmos ou com os amigos que ontem predavam a “defesa da pátria” na Alemanha, sob Guilherme ou sob Noske, e na Inglaterra e França, sob a dominação da burguesia? Então, sejam clementes com a III Internacional! Façam-na feliz com sua ausência!

Até agora, fiz referência apenas à primeira das duas resoluções. A segunda, não é melhor. “Solene” (‘solennelle’) condena o

“confusionismo”, e inclusive “todo o compromisso” (‘toute compromission’), é uma frase revolucionária vazia, pois, não se pode estar contra todo o compromisso), mas é, ao mesmo tempo, uma repetição evasiva, ambígua, de frases gerais, que, longe de esclarecer o conceito “ditadura do proletariado”, o obscurecem; ataques à “política do Sr. Clemencieu” (ardil habitual dos politiquinhos burgueses na França, que imaginam a mudança de camarilha como sendo uma mudança de regime); exposição de um programa fundamentalmente reformista: impostos, “nacionalização dos monopólios capitalistas”, etc.

Os longuetistas não compreendem, nem querem compreender (alguns são incapazes de compreender) que o reformismo, envolto em uma fraseologia revolucionária, foi o principal mal da II Internacional, a principal causa de sua vergonhosa bancarrota, do apoio dos “socialistas” a uma guerra na qual foram mortos 10 milhões de homens, para resolver o grande problema de se o grupo anglo-russo-francês de bandidos capitalistas era o que devia saquear todo o mundo ou se era o grupo alemão.

Na prática, os longuetistas continuaram sendo os reformistas de antes, que encobrem seu reformismo com frases revolucionárias, e as utilizam na forma de um novo rótulo: “ditadura do proletariado”. O proletariado não precisa de semelhantes dirigentes, nem necessita dos dirigentes do Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha, nem dos dirigentes do Partido Trabalhista Independente da Inglaterra. O proletariado não pode exercer sua ditadura com semelhantes dirigentes.

Admitir a ditadura do proletariado não significa que, em qualquer momento e a todo o custo, há que se lançar ao assalto, à insurreição. Isso é absurdo. Para que a insurreição tenha êxito, é preciso uma longa preparação, hábil e perseverante, que impõe grandes sacrifícios.

Admitir a ditadura do proletariado significa uma decidida, implacável e, o que é mais importante, plenamente consciente e consequente ruptura com o oportunismo, com o reformismo, com a ambiguidade e a atitude evasiva da II Internacional. Significa a ruptura com os dirigentes que não podem deixar de continuar com as velhas tradições, com os velhos parlamentares (velho, não por sua idade, mas por seus métodos), com os velhos funcionários dos sindicatos e das cooperativas, etc.

É indispensável romper com eles. Seria criminoso compadecer-se deles: significaria trair os interesses vitais de milhões de operários e pequenos camponeses, pelos interesses mesquinhos de 10 mil ou 100 mil pessoas.

Admitir a ditadura do proletariado exige transformar radicalmente o trabalho cotidiano do partido. Significa descer até os milhões de operários, peões rurais e pequenos camponeses, aqueles que não podem se livrar das calamidades do capitalismo e das guerras, sem os soviets, sem a derrubada da burguesia. A ditadura do proletariado significa explicar isso concreta, sensível e claramente às massas, a dezenas de milhões de homens; significa dizer-lhes que seus soviets devem tomar todo o poder estatal, e que sua vanguarda, o partido do proletariado revolucionário, deve dirigir a luta.

Entre os longuetistas não há sombra de compreensão dessa verdade, nem tampouco existe o menor desejo ou capacidade de aplicar essa verdade diariamente.

(Traduzido das Obras Completas, Lênin, tomo XXXII, Akal Editor)

Nesta edição:

- **Argentina:** 2020: Um ano de ataques à classe operária e aos demais oprimidos.
- **Bolívia:** Os empresários, com a cumplicidade da burocracia sindical e do governo, estão derrotando os trabalhadores, que lutam contra as demissões e fechamento de fábricas.
- **Mianmar:** As tarefas do proletariado na luta democrática.
- **EUA:** Era previsível o não impeachment de Trump.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Argentina

2020: Um ano de ataques à classe operária e aos demais oprimidos

O ano de 2021 se inicia com perspectivas muito duras para todos os trabalhadores. De acordo com os últimos dados do INDEC, o custo de vida total, que não inclui os aluguéis, atinge hoje \$ 54.208. A inflação anual apresentou um aumento geral de 39,1%. Entretanto, itens como alimentos e bebidas aumentaram 42,1%, e os vestuários, 60%.

O salário mínimo vital e móvel decretado pelo governo nacional corresponde a \$ 20.587,50. Isto é um insulto, que sequer chega à metade da cesta básica total calculada pelo próprio governo. É importante compreender que o SMVeM não é mais do que o limite que impõe o governo para indicar aos patrões que abaixo disso está a “indigência”, mas não são obrigados a pagar o que é necessário para viver. E por quê? Porque o Estado burguês não é mais do que o administrador dos interesses gerais da burguesia.

A maioria dos salários, em 2020, perdeu seu poder aquisitivo, devido à inflação. O único caso que quebrou esse parâmetro foi o acordo dos trabalhadores do óleo, fechado em \$ 93.647, para o trabalhador da categoria mais baixa. Este valor representa o custo real da cesta básica familiar, e por isso afirmamos que se trata de uma vitória da classe operária, e um exemplo a ser seguido. Os patrões resistem o quanto podem para reajustar os salários, alegando que provocarão perdas às empresas, inviabilizando-as, mas os trabalhadores não têm acesso à contabilidade das empresas, e não sabem o quanto lucram na realidade. A abertura da contabilidade é uma tarefa que não está desligada da reivindicação salarial.

Desemprego, um perigo para os salários

O ano passado concluiu com milhões de desempregados, o que significa uma perda de dezenas de milhões de horas de trabalho produtivo. Outro dado a considerar é o número de trabalhadores não-assalariados, isto é, que não recebem um salário fixo, e estão fora das negociações coletivas. Este é um grande problema para o conjunto da classe operária e demais trabalhadores. O desemprego, não só leva aos flagelos sociais – tais como a delinquência e o narcotráfico, que afetam a vida dos trabalhadores –, mas também permite que os patrões o utilizem para rebaixar os salários ou para ameaçar com demissões, sob o velho argumento: “atrás de você tem uma fila de milhares, que se matam para arranjar um emprego”. A burguesia nunca pôde e não pode empregar toda a força de trabalho disponível, principalmente agora, como classe historicamente em decadência. Para acabar com o desemprego, é necessário a divisão das horas de trabalho entre empregados e desempregados, sem redução dos salários.

O Partido Operário Revolucionário assinala que o caminho a seguir é a ação direta das massas, como o demonstraram os trabalhadores do óleo, o movimento de mulheres e outros setores. A classe operária é a única classe que pode fazer avançar a roda da história, dirigindo a maioria oprimida, erguendo seu próprio Estado, a Ditadura do Proletariado, expropriando os meios de produção da burguesia.

(Extraído do Jornal Massas, nº 387,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Bolívia

Os empresários, com a cumplicidade da burocracia sindical e do governo, estão derrotando os trabalhadores, que lutam contra as demissões e fechamento de fábricas

Já havíamos advertido que a luta legal orientada e amparada nas leis que consagram os direitos conquistados pelos trabalhadores – a exemplo a estabilidade laboral, a foro sindical, etc. – se não se apoiam na mobilização e ação direta, está fadada à derrota.

O fechamento das fábricas deve ser respondido com a tomada das mesmas. As demissões, atrasos nos salários e não pagamentos das contribuições previdenciárias ou à seguridade social devem ser respondidos com a mobilização nas ruas, bloqueios de avenidas, greve, etc., em unidade dos movimentos, em uma só ação, até obrigar o governo e os patrões a retrocederem em suas medidas antioperárias.

As direções fabris burocratizadas – serviços dos patrões e agentes do governo masista – diante das tentativas de unificar a luta, e tomar medidas de ação direta, têm agido desmobilizando a luta dos trabalhadores, argumentando que se devem manter boas relações com o governo, para conseguir o atendimento de suas demandas pela via legal.

A esta altura, as vigílias dos demitidos, que já duram meses, vão se diluindo. A maioria buscou alguma atividade individual precária para sobreviver, resignada pelo fato de ter

perdido a sua fonte de trabalho. Somente lhes resta a esperança de que os patrões ao menos lhes paguem os seus salários atrasados e as verbas rescisórias. Mesmo os mais persistentes, já estão esgotados após meses de reclamações diante do Ministério do Trabalho e da Justiça, e de eventual decisão que determine a reintegração ao trabalho. Mesmo quando ocorrem as decisões de reintegração, os patrões se negam a acatar, e agora os ingênuos trabalhadores estão sendo empurrados pela burocracia a recorrerem à Justiça Criminal contra os patrões, pelo desacato. Ações judiciais, que demorarão tempo para se concluírem, até que os demandantes se cansem. Em alguns casos, como o de “Chocolates Para Ti”, o patrão confinou os ex-dirigentes reintegrados em um galpão, sem lhes passar tarefas e sem pagar os salários atrasados.

Os trabalhadores devem entender que estão enfrentando o poder da classe dominante, e que precisamente por isso, a classe dominante pode pisotear as leis trabalhistas, controlar o governo, privilegiando os seus interesses às custas dos trabalhadores. E que só se pode dobrar este poder pela via da ação direta, com a força coletiva dos trabalhadores, para fazer respeitar as suas demandas, seus direitos consa-

grados na própria lei burguesa, e para que esta não seja apenas escrita no papel. Isto é a luta de classes.

A exploração dos operários pelos patrões é a própria base desta sociedade. Para acabar com a exploração dos burgueses, bem como com a opressão do país pelo imperialismo, que saqueia as nossas riquezas naturais, e condena o país ao atraso e a miséria, temos de derrotar a burguesia e expulsar os seus amos imperialistas, chutando-os do poder, liquidando a propriedade privada sobre os grandes meios de produção (fábricas, minas, hidrocarbonetos, bancos, comércio em grande escala, terras, etc.), e instaurando a propriedade social sobre os mesmos. Somente então, seremos livres para enfrentar a tarefa de superar o atraso e a miséria, em benefício de toda a sociedade, e não da fartura dos patrões e das multinacionais.

Conquistaremos isso, nos apoiando na luta do proletariado mundial até acabar com a opressão no mundo.

(Extraído do Jornal Massas nº 2.638, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

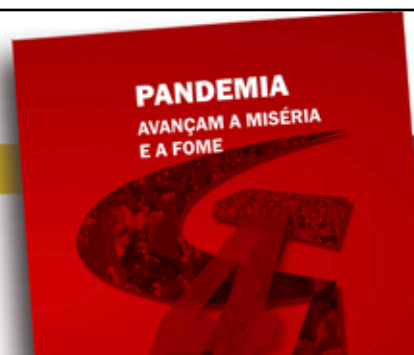
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Mianmar – Golpe de estado

As tarefas do proletariado na luta democrática



No dia da posse do governo da Liga Nacional para a Democracia (LND), reeleito em novembro de 2020, foi consumado um golpe militar, sob a alegação de “fraude eleitoral”. O presidente, a Conselheira de Estado, funcionários e parlamentares da LND foram presos. Dentre os objetivos do golpe, está o de reformar a Comissão Eleitoral, para que as próximas eleições (convocadas pela Junta Militar para 2022) não escapem da rígida tutela do generalato.

Era a segunda eleição geral no país, desde que a Junta Militar, que governou o país por mais de cinco décadas, concordasse em compartilhar o poder com civis, em 2011. Em 2015, foram convocadas as primeiras eleições, e a LND conquistaria 65% dos votos, sendo o primeiro governo eleito pelo voto direto na história do país. O golpe abortou, assim, a breve experiência de “transição democrática”.

O poder discricionário dos militares, em última instância, expressa a impossibilidade de erguer uma república burguesa nas condições e limitações impostas ao país, pela passagem de colônia inglesa a semicolônia, sob intensa disputa das potências pelo controle de suas riquezas.

Particularidades do processo histórico

Durante décadas, Mianmar esteve praticamente isolada das relações políticas mundiais. Esse foi o preço a pagar pela conquista de sua independência, em 1948, pela via da “guerra de libertação nacional”. A vitória do movimento de massas sobre seus opressores acirrou o bloqueio imperialista, e radicalizou o novo governo, que rompeu os tratados comerciais com a Inglaterra.

Tais circunstâncias passariam a condicionar o raquítico desenvolvimento econômico, e a manter o país no atraso. O isolamento do país foi agravado pela negativa do governo de se subordinar à burocracia chinesa e russa, que prometiam ajudar com investimentos, técnica e bens de consumo.

O poder discricionário dos militares, em última instância, expressa a impossibilidade de erguer uma república burguesa nas condições e limitações impostas ao país, pela passagem de colônia inglesa a semicolônia, sob intensa disputa das potências pelo controle de suas riquezas.

O país continuou vegetando no atraso por mais de uma década, até que, em 1962, o general Ne Win tomou o poder e instalou um regime militar estatizante. Desde então, o país foi controlado rigidamente por sucessivos regimes militares, sem que conseguissem, com a intervenção estatizante, romper o atraso e a dominação imperialista.

Consolidação da casta militar

Não houve outra via para a economia, a não ser abrir o país para os investimentos chineses. Dessa forma, se reforçou o poder econômico e político da Junta Militar. A expansão econômica foi suficiente para impulsionar o crescimento do proletariado, e aumentar a sua importância nas relações de produção.

Nas empresas e fábricas, se impôs uma disciplina militar no trabalho, e se esmagaram os direitos políticos e sindicais. Nas cidades, militarizaram-se o trabalho na administração e serviços públicos. No campo, passou-se a afogar em sangue qualquer levante ou protesto das mais de 100 nacionalidades, etnias e grupos religiosos, que há séculos povoam a região.

A sistemática repressão e a inexistência de canais para institucionalizar os protestos projetaram movimentos guerrilheiros. A ditadura tampouco conseguia abortar por muito tempo os protestos e revoltas, enquanto era cercada de forma permanente pelas pressões imperialistas para flexibilizar a ditadura, e evitar a eclosão de ações revolucionárias das massas.

É nessas condições que se soldou a aliança entre o generalato e a burocracia chinesa do Partido Comunista degenerado, que forneceu armas, apetrechos e técnica militar à ditadura. O governo chinês passou a ter crescente influência na política interna de Mianmar.

Transição abortada

A primeira tentativa de “transição democrática” foi realizada em 1982. Para condicionar seu percurso, os militares impuseram

o regime de “partido único”, que seria controlado pelos militares, e que iria incorporando civis em suas fileiras. A manobra não evitou que a minoria muçulmana Rohingya continuasse a reclamar o direito à autodeterminação, e que se fortalecessem os movimentos democráticos, exigindo eleições livres e garantias constitucionais.

A repressão foi brutal: milhares de manifestantes tombaram, quando realizavam um protesto democrático, em 1998. Milhares de Rohingyas foram assassinados. Recrudesceu a guerra civil, com a ofensiva governamental contra os agrupamentos guerrilheiros, que ganhavam apoio popular, e disputavam com o generalato o controle das riquezas naturais dos territórios. A negativa dos militares, em ceder às reivindicações e democratizar as relações sociais, fechou o ensaio de “abertura democrática”.

Democracia tutelada

A crise econômica de 1997, que atingiu duramente as economias regionais (“Crise dos Tigres Asiáticos”), impediu que a ditadura consolidasse o projeto de permanecer no poder. Os militares se demonstraram impotentes para equacionar a desagregação da economia nacional, e tiveram de conter a luta democrática por meios repressivos. Evidentemente, a profunda crise e as mobilizações organizadas pela oposição expressam as disputas entre os capitais chineses e os das potências imperialistas.

Consequentemente, se fortaleceu o movimento democrático de massas, apoiado pelo imperialismo, que almejava utilizar as eleições e a democracia formal, para impor um governo que desmontasse o controle militar sobre a economia e representasse os seus interesses. É nessas condições que despontou a liderança de Aung San Suu Kyi. Presa por 15 anos e Nobel da Paz de 1991, Suu Kyi obteve enorme influência entre o movimento democrático, e se mostrou aberta a negociar com as potências imperialistas.

Abriam-se negociações para a “transição democrática”. Tratava-se, na verdade, de uma impostura: a oposição liberal da LND compartilhava o poder com os militares. As “eleições livres” seriam condicionadas pela Constituição, redigida e aprovada pelos militares (2008), que garantia ao exército as pastas ministeriais do Interior, Defesa e Fronteiras; bem como deter 25% das cadeiras parlamentares. O governo eleito nasceria refém dos generais.

Contradições abrem passagem

As eleições de 2015 demonstraram a perda acelerada da capacidade da ditadura de controlar a política parlamentar e condicionar militarmente as eleições. O generalato assumiu a tática de obstruir os projetos de lei do governo. A LND, porém, recorria às medidas provisórias, que necessitavam de maioria simples. Embora nunca ameaçasse os interesses da casta militar, Suu Kyi aproveitou do expediente das MPs para avançar no deslocamento de militares do governo.

A nova vitória de Aung San Suu Kyi, em 2020, conquistando a maioria absoluta de 83%, foi a gota d’água para os militares apertarem o cerco ditatorial aos democratas burgueses e pequeno-burgueses. Receosos de não poderem controlar a situação somente com manobras políticas, os militares recorreram ao golpe. Recorreram ao Artigo 147 da Constituição, que lhes garante o direito de assumir o poder e impor o Estado de Emergência, quando se “ameaça a soberania ou a unidade nacional”. Findou-se a experiência de poder compartilhado entre civis e militares, que caracterizou a democracia tutelada.

Farsa democratizante

Defensora das relações da propriedade privada e do co-governo entre civis e militares, Suu Kyi fez de tudo para conciliar os interesses dos monopólios com os do nacionalismo militar. Quando o imperialismo, por meio da ONU, abriu, em 2017, uma investigação penal por genocídio, perpetrado pelo Exército contra os Rohingyas, a Conselheira de Estado se colocou firmemente na defesa das Forças Armadas na Corte de Haia, em dezembro de 2019.

Mas, os militares já conspiravam para removê-la do poder. Fracassaram as negociações de 2019 e 2020, para “aproximar posições”. E, quando o LND se preparava para se apossar do poder, a casta militar decidiu pelo golpe. A LND e Suu Kyi se demonstraram impotentes para resistir às manobras, e derrotar a conspiração. O que exigia convocar as massas - que, por décadas, derramaram sangue em defesa de suas reivindicações - a derrotar os golpistas no campo da luta de classes. O imperialismo viu suas manobras democrático-burguesas desmoronarem. Não restava outro caminho que condenar o golpe, exigir a restituição do governo eleito e ameaçar com um novo bloqueio ao país.

Reflexos da guerra comercial

Mianmar compartilha fronteiras com Bangladesh, Tailândia, Laos e Malásia. Fundamentalmente com a Índia e China, que travam uma disputa pelo controle das fontes de riquezas minerais (ouro, cobre, rubis), e de seus portos no Oceano Índico, rota marítima de 38% dos intercâmbios mundiais. Essas mesmas condições impulsionam o intervencionismo das potências imperialistas. Mas, para controlar a economia, explorar livremente a mão-de-obra, e apossar da propriedade de empresas, o imperialismo precisa remover os militares nacionalistas-estatizantes.

A casta militar, não apenas detém o controle sobre a propriedade estatal de inúmeras empresas, como são acionistas das empresas chinesas, que exploram jazidas de minérios, infraestrutura portuária e oleoduto, que escoar grande parte do petróleo, desde o Golfo Pérsico, para a China (a burocracia chinesa vem reduzindo o transporte de petróleo por barcos, para assim evitar que um bloqueio imperialista atinja os seus abastecimentos). São essas relações que explicam por que a China se negou a condenar o golpe, chamou - demagogicamente - a respeitar a “soberania nacional”, e convocou o “diálogo” entre golpistas e golpeados.

Resistência ao golpe

Funcionários e médicos de mais de 100 hospitais paralisaram as atividades, por vários dias. Engenheiros que trabalhavam em empresas das Forças Armadas renunciaram. Dezenas de milhares de funcionários públicos paralisaram a administração e serviços (18/2).

Nos últimos dias, houve a irrupção de greves operárias. A bandeira principal é a do fim do golpe, e recondução de Suu Kyi ao poder. Décadas de ditadura e a ausência de uma direção classista fortaleceram as ilusões de que a democracia formal poderá servir para conquistar e ampliar direitos. O essencial, porém, está em que o proletariado cresceu em número e força, na medida em que o país se converteu em uma plataforma de exportação para os monopólios, de produtos têxteis e semielaborados, que abastecem parte do mercado europeu, China e outros países da Ásia.

As condições para que ganhem projeção as lutas contra as brutais condições de superexploração (jornadas de trabalho de até de

14 horas diárias) e pela livre organização sindical e direito à greve estão colocadas. Trata-se, portanto, de impulsionar a luta pelas suas reivindicações de classe.

O proletariado na situação

Não houve, nestes conturbados e tutelados anos de “transição democrática”, nenhuma alteração significativa nas condições de vida e trabalhistas de milhões de assalariados. A sindicalização continuou a ser um “assunto de segurança de Estado”, tanto para a ditadura, quanto para o governo “democrático”. A sobrevivência do parasitismo da casta militar e dos interesses dos monopólios depende de manter a classe operária amarrada pela tutela ditatorial das relações de produção.

O agravamento da crise capitalista, a destruição das condições de vida das massas e a impotência dos democratas-burgueses em garantir direitos sindicais e políticos confluem com o esgotamento da ditadura. O que possibilita ao proletariado percorrer o caminho da luta de classes. O objetivo de emancipar a classe operária da política democrático-burguesa é fundamental, para que as tarefas democráticas pendentes da nação atrasada e oprimida sejam resolvidas por meio da revolução social.

Programa proletário

No momento em que Myanmar é arrastada pelo turbilhão dos levantes operários e populares, que se vêm processando na Índia, Tailândia e Indonésia, ressalta, com toda a gravidade, a crise de

direção revolucionária. É sua ausência que impede os levantes confluírem em uma frente única em defesa dos direitos e reivindicações elementares das massas.

A burguesia imperialista – ora em choque, ora em controle das burguesias e oligarquias nacionais – desfechou uma brutal ofensiva contra as massas e nações oprimidas. Por sua vez, a desagregação do capitalismo e os interesses venais das oligarquias burguesas impedem consolidar as repúblicas democráticas, baseadas em fortes instituições e em ampla democracia. Eis por que, apesar das particularidades nacionais e das diferenças de percursos históricos, é classe operária, o campesinato, os assalariados, a juventude oprimida e a diversas nacionalidades e etnias, que pagam com seus direitos, suas condições de trabalho, e com suas vidas pela sobrevivência do capitalismo.

Trata-se de lutar pelas reivindicações econômicas e democráticas mais elementares, vinculando-as ao programa da revolução proletária. Somente quando os explorados se arremeterem contra a grande propriedade privada dos meios de produção e o saque imperialista, se avançará nas tarefas de remover as bases materiais da opressão nacional, o atraso, pobreza e miséria de milhões de assalariados e camponeses de Myanmar e a região.

A tarefa mais urgente do momento recai, portanto, nas mãos da vanguarda com consciência de classe, que deve batalhar por constituir o proletariado em classe independente, construir os partidos da revolução proletária em cada país, e dar passos objetivos no caminho da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

EUA

Era previsível o não impeachment de Trump

O impeachment de Trump por “incitação à insurreição” finalizou como esperado: não rompeu o bloqueio dos parlamentares republicanos. 57 senadores votaram a favor e 43 contra, impedindo os democratas de alcançarem os 67 votos necessários. A “absolvição” de Trump ocorre um ano depois de fracassar a primeira tentativa, sob as acusações de “abuso de poder” e “obstrução dos trabalhos do Congresso”.

Os promotores de acusação procuraram mostrar os elos entre a negativa de Trump em reconhecer a vitória eleitoral de Biden e a invasão do Capitólio. Recorreram a vídeos e áudios da invasão, nos quais os manifestantes pretendiam impedir a certificação da vitória de Biden, ameaçando sequestrar deputados, senadores e o próprio o ex-vice-presidente Trump “por traição”. O julgamento e encarceramento de dezenas de manifestantes por “sedição”, “terrorismo doméstico” e “insurreição” reverberavam ainda na mídia, servindo de combustível político à ofensiva democrata.

Os promotores de defesa de Trump, por sua vez, colocaram a inconstitucionalidade do processo contra um “simples civil”. Não correspondia julgar Trump, que estava agora nas mãos da justiça ordinária. E acusaram os democratas de perseguição política: não correspondia ao Congresso impedir Trump de concorrer a novos cargos eletivos.

Estava claro que não havia como prosseguir o impeachment. O bombardeio de vídeos e áudios não objetivava demo-

ver a maioria dos republicanos de sua negativa de cassar os direitos políticos de Trump. Serviam para apresentar o governo Biden como defensor da democracia e das instituições.

Segundo notícias, 140 mil membros do Partido Republicano, nos estados da Califórnia, Pensilvânia, Arizona e Florida, decidiram se desfiliar após o assalto ao Capitólio. Mas estava claro que a pretendida divisão nas fileiras dos republicanos não ocorreria, a ponto de permitir o impeachment.

Quadros políticos republicanos e frações dos monopólios observam receosos o agravamento da crise política e o risco de aumentar a instabilidade social. A “normalização” das relações entre democratas e republicanos é necessária para a estabilização da governabilidade e da centralização política, nas condições de agravamento da crise econômica e de tendências de luta observadas entre as massas no último período.

O impeachment do ex-presidente era inaceitável para milhões de americanos que votaram contra Biden. Os republicanos descontentes com o que se passou no Capitólio levaram em consideração o enorme apoio que a classe média deu a Trump. Os próprios democratas, contando com o consentimento de um grupo de republicanos, calcularam que seria melhor deixar o julgamento no Senado para depois da posse de Biden. Na realidade, montou-se uma pantomima, de maneira a dar alguma satisfação aos eleitores de Biden, mostrar autoridade diante da ultradireita supremacista e mostrar ao mundo que

ainda subsiste na maior potência a democracia, que ilumina o caminho da humanidade.

Não precisa ser bom observador para admitir que a contundente divisão eleitoral, a persistente denúncia do ex-presidente de que houve fraude e a ousadia dos trumpistas de invadirem o Congresso evidenciam a decomposição da democracia burguesa, que se ergueu como exemplo e que como tal serviu de justificativa do imperialismo para intervir em toda a parte contra as ditaduras. A cisão entre republicanos e democratas, que na forma de bipartidarismo exercem a ditadura dos monopólios sobre as massas, ultrapassou os limites das discórdias, devido ao declínio econômico dos Estados Unidos e ao retrocesso em seu papel de gendarme internacional, embora continuem como a mais poderosa força mundial.

O nacionalismo de Trump incendiou as paixões da classe média e reacendeu a opressão racial, que parecia estar sendo dissolvida gradualmente, e que apesar dos disfarces deixa transparecer as genuínas raízes de opressão de classe da burguesia sobre o proletariado norte-americano e mundial. Amplas camadas da classe média foram convencidas de que o nacionalismo de Trump estancaria o processo histórico de decomposição econômica e social. A pandemia entrou como um poderoso fator, por sua abrangência mundial, atingindo duramente a administração de Trump. Mesmo assim, a vitória de Biden não convenceu boa parte da população e alargou as divisões internas, que se agravaram desde a eleição de Obama e a crise financeira que eclodiu em 2008.

A decisão de Trump de desmontar o máximo possível a política interior e exterior do governo democrata radicalizou os conflitos no seio do Estado e entre setores sociais, cuja expressão mais visível é o recrudescimento do racismo. É sobre essa divisão e nas condições de descenso da economia que Biden terá de governar. Não seria auspicioso o impeachment de Trump, bastava o julgamento “moral”, em nome da democracia e da lei. Biden procurou ficar equidistante do processo de impeachment, como se fosse um problema apenas do legislativo. Foi um sinal de que não pode iniciar seu governo em choque com os republicanos. Apesar dos democratas terem alcançado um equilíbrio no Senado – o que não teve Obama -, não modifica muito as relações de força no parlamento.

As primeiras medidas de Biden se voltaram à pandemia e à crise econômica interna. No primeiro caso, tem a seu favor a pressão mundial para que se estanciem as nefastas consequências. A compra de produção inteira de vacinas foi o gesto de que tratará com firmeza a pandemia, distintamente da posição de Trump. Está, portanto, diante de um obstáculo transitório equacionado. A crise econômica e social, no entanto, se ergue como uma granítica muralha. Eis por que no centro de suas primeiras decisões está a aprovação do pacote no valor de 1,9 trilhão de dólares, pendente de aprovação no Congresso.

A votação dos projetos preliminares nas comissões expôs as fissuras com os republicanos e democratas “de centro-direita”, que rejeitam aumentar os salários dos funcionários públicos de 7,5 para 15 dólares, bem como estender os seguros médicos subsidiados e regularizar 11 milhões de imigrantes ilegais. São medidas que mostram apenas a ponta do iceberg. Um mon-

tante tão expressivo, por enquanto, serviu apenas para propagandear a disposição do novo governo de estancar a sangria econômica e evitar uma nova quebra do capital financeiro.

A pergunta que se fez e se faz é se esse artifício não potencializará ainda mais a crise logo mais à frente, considerando a gigantesca dívida do Tesouro Nacional e a possibilidade de desatar uma inflação mundial. As previsões dos organismos internacionais são de que a crise mundial trará novos abalos, como os dos anos 2008-2009. E possivelmente mais potentes, devido ao enorme endividamento dos Estados Nacionais. Biden tem de obter a confiança de parcelas da classe média, que ficaram com Trump, para assim ter como negociar no parlamento com os republicanos. Esse é o sentido político e social de 1,9 trilhão de dólares. De nada servem as bravatas sobre igualdade, justiça e democracia.

Não se sabe ainda qual é a diretriz externa. Irá desmontar a política de Trump? A volta ao Acordo Climático de Paris e à OMS não diz muito. O fundamental se encontra nas relações

Foi um sinal de que não pode iniciar seu governo em choque com os republicanos. Apesar dos democratas terem alcançado um equilíbrio no Senado – o que não teve Obama -, não modifica muito as relações de força no parlamento.

dos Estados Unidos com a China, o que inclui a Rússia. No campo da guerra comercial, o espaço é muito mais estreito. As declarações de que o multilateralismo seria mais promissor para os interesses dos Estados Unidos e do mundo não condizem com a morosidade de Biden de apresentar sua diretriz, tal como fez para a economia interna. O governo iraniano propôs que se voltasse ao acordo montado por Obama. Biden negou e exigiu que o Irã desmontasse o seu programa nuclear. A voz de Trump falou por Biden. Não levará muito tempo para que as ilusões de que os Estados Unidos voltaram ao seu leito natural da democracia e da cooperação mundial se desfaçam.

O problema está em que a classe operária norte-americana e mundial padecem da crise de direção, ou seja, da ausência de seu Partido Mundial da Revolução Socialista. A clareza como a vanguarda com consciência de classe compreender a crise mundial e se guiar pelas leis da história é decisiva para superar a contradição entre as condições objetivas para as revoluções proletárias e as condições subjetivas. A decomposição da maior potência que saiu das duas guerras mundiais como coluna vertebral do capitalismo mundial e do imperialismo é o guia seguro para a vanguarda mundial cavar trincheiras e ganhar posições em favor da revolução socialista e do internacionalismo proletário.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO



Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique

No último jornal Massas, concluímos a exposição dos posicionamentos de Lênin no IX Congresso do Partido Comunista bolchevique Russo, em que se discutem as medidas necessárias para reerguer a indústria, arruinada pelos anos de guerra, e conter as tendências restauracionistas, que se expressavam na preservação da economia camponesa. A divergência em torno à direção coletiva e pessoal expunha a incompreensão dos adversários da tese de Lênin, de que não era possível a classe operária se ocupar da economia e da direção do Estado de uma hora para outra, e que precisava assimilar os conhecimentos deixados pela velha classe derrotada.

O IX Congresso deu maioria às formulações de Lênin. No entanto, tratava-se de levá-las à prática. O que exigia convencer a vanguarda organizada da justeza da linha sobre a função dos sindicatos das novas condições, diante da tarefa de estabelecer uma firme disciplina do trabalho, e a batalha pela elevação da produtividade. Nota-se que as divergências e diferenças precisavam ser esclarecidas por meio da continuidade da luta política contra aqueles que se opunham à utilização dos especialistas, e que recorriam à fórmula de direção coletiva.

Lênin se utiliza da organização do trabalho aos sábados, para determinar os seguintes objetivos: “a) Elevar a produtividade do trabalho; b) Elevar a disciplina do trabalho; c) Realizar a ditadura do proletariado; d) Dirigir os camponeses; e) Salvar da fome e do caos”.

Entre os dias 1 a 6 de abril de 1920, se realizou o I Congresso Constituinte de Toda a Rússia de Operários Mineiros, representando 200 mil operários da indústria mineira. Os principais pontos foram: tarefas dos sindicatos, problemas da organização e dos salários, formas de participação dos sindicatos na organização e direção da indústria, situação da indústria mineira e de carvão. Esse Congresso tinha uma particular importância, devido ao seu papel estrutural para o reerguimento da indústria e o desenvolvimento geral da economia. O sindicato mineiro, portanto, deveria ser um poderoso instrumento de organização e elevação da consciência de classe, diante das tarefas de consolidar a República Soviética.

Depois de dois anos de guerra externa e interna, era preciso reorganizar sobre novas bases a economia. Não bastou vencer a guerra contra as potências e os inimigos internos, estava colocado o imperativo de vencer a guerra econômica. Havia-se passado um ano da fundação da III Internacional, o que representava o fortalecimento do internacionalismo proletário, fundamental para a realização das tarefas internas. Houve uma enorme influência do poder soviético sobre os explorados de todo o mundo. Mas, o avanço dessa influência dependia de a classe operária estabelecer uma nova disciplina do trabalho, elevar a produtividade, e

resolver as contradições que permaneciam, devido à economia camponesa. Os operários mineiros deviam ocupar seu lugar de vanguarda na guerra econômica.

Eis a defesa objetiva de Lênin: “Agora é preciso lutar justamente contra os especuladores alimentícios e contra esse punhado de operários, corrompidos pelo velho regime capitalista, que dizem: ‘para mim, tem de aumentar o meu salário; e o diabo com os demais’. ‘Quero um salário dobrado, quero duas ou três libras de pão por dia’. Dizem isso e não pensam que estão trabalhando para defender os operários e camponeses, para derrotar os capitalistas. É preciso combater esses operários, por meio da educação de camaradas, com a influência de camaradas; para isso, nada é melhor que os sindicatos. É preciso explicar a esses operários que se colocam do lado dos especuladores alimentícios e dos grandes especuladores, do lado dos camponeses ricos, que dizem – ‘quanto mais cereais tenho, mais ganharei’, e ‘cada um por si e deus por todos’ – que seguirão os preceitos dos senhores capitalistas e de todos aqueles que conservam as velhas tradições capitalistas. É preciso dizer a eles que aqueles que procedem segundo os velhos preceitos, consideraremos como renegados e traidores, que a classe operária deve censurar duramente, e cobrir de vergonha. Estamos cercados pela maioria dos países capitalistas, que em todo o mundo se unem contra nós, se alinham com nossos especuladores alimentícios, querem abater-nos pela força, e acreditam que são mais fortes do que nós. Continuamos sendo uma fortaleza sitiada, para a qual olham os operários do mundo todo, pois, sabem que sua liberdade fluirá daqui. De dentro dessa fortaleza sitiada, devemos atuar com severidade militar, com disciplina militar, e abnegação. Os egoístas, que não querem combinar os interesses de seu grupo com os interesses dos operários e camponeses em geral, não podem ser tolerados nas fileiras operárias. (...) Com a ajuda dos sindicatos, há que se criar a disciplina de camaradas, como a que existia no Exército Vermelho, disciplina que os melhores sindicatos estão forjando agora. Estou convencido de que vocês também saberão estabelecer, ao criar o sindicato dos operários mineiros”.

Lênin conclui: “Camaradas, essa é a gigantesca tarefa que se coloca a todos os operários com consciência de classe, aos operários que compreendem que o que se trata é de conservar e reforçar o poder soviético e o socialismo, para libertar para sempre todas as gerações futuras do jugo dos latifundiários e capitalistas. Aqueles que não querem compreender devem ser expulsos das fileiras operárias. Os sindicatos, com sua educação, sua influência e sua propaganda, e com sua profunda dedicação à produção e disciplina, se ocuparão daqueles que não compreendem suficientemente. Essa é a via para o fortalecimento do poder operário e camponês, e, por meio deste trabalho, que ainda que lento, é o mais importante, vocês obterão, devem obter, vitórias mais importantes que as conquistas que nosso Exército Vermelho na frente de combate”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)